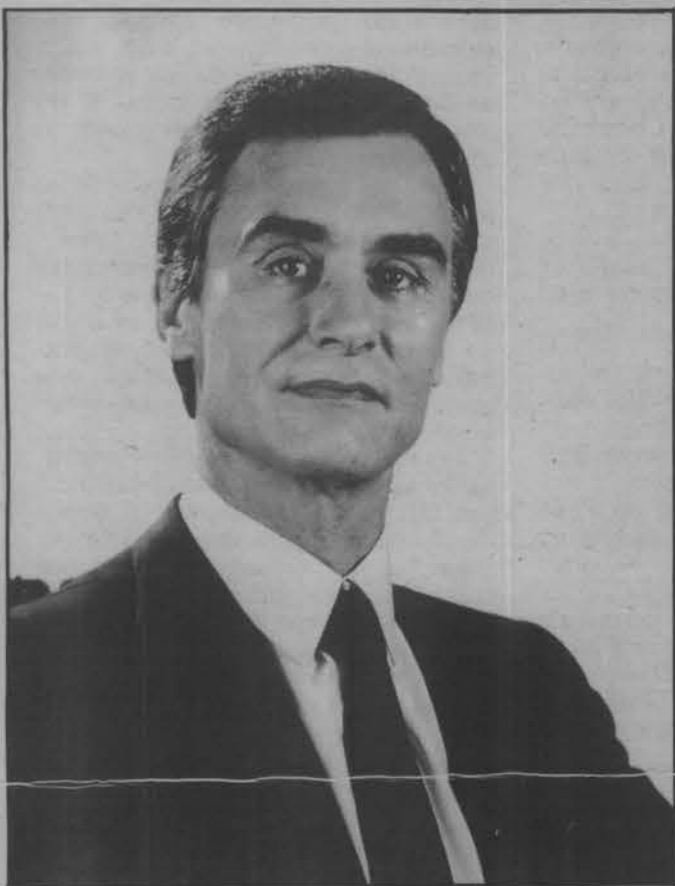


Cavaco Silva ao completar 3 anos consecutivos como Primeiro-Ministro

PORTUGAL MUDOU BASTANTE



«Introduzi um novo estilo de fazer política, com mais rigor, verdade e transparência»

- **Nos últimos três anos registou um crescimento sem paralelo desde o 25 de Abril e quase único na Europa**
- **As reformas estruturais foram mesmo para a frente**

O Prof. Cavaco Silva completou, no passado dia 6, três anos consecutivos como Primeiro-Ministro, sendo a primeira vez que tal acontece desde o 25 de Abril. Acha que a situação política do País mudou muito durante os seus três anos de Primeiro Ministro?

Cavaco Silva — Penso que mudou bastante. Portugal ganhou a estabilidade governativa, deixando de haver frequentes crises de Governo, e desapareceram as guerrilhas entre titulares de órgãos de soberania. Introduzi um novo estilo de fazer política, com mais rigor, verdade, transparência,

rejeitando o clientelismo e a «pequena política», pondo sempre os interesses do País acima dos interesses particulares, dignificando o exercício do Poder.

As mudanças no campo político foram acompanhadas de grandes mudanças no campo económico e social.

P. L. — Pode citar algumas dessas mudanças no campo económico e social?

C. S. — O País deixou de viver em situação de crise económica, austeridade e dificuldades financeiras externas. Nos últimos três anos, Portugal registou um crescimento sem paralelo desde o 25 de Abril e quase único na Europa.

O investimento, que tinha caído 27% no período 1983-85, aumentou cerca de 45% no período 1986-88

em resultado do forte clima de confiança que se instalou no País e das perspectivas abertas pela adesão à CEE.

Há três anos os preços estavam a crescer 25% ao ano e hoje estão a subir a cerca de 7-8%.

O Escudo deixou de ser uma moeda em frequente desvalorização e ganhou solidez. A dívida externa tem vindo a ser amortizada antecipadamente e hoje o seu peso é cerca de metade do que se verificava há 3 anos.

Por outro lado, a chaga dos salários em atraso praticamente desapareceu da nossa sociedade.

Criaram-se cerca de 250 mil novos postos de trabalho nos últimos três anos e a taxa de desemprego baixou de 9% em 1985 para 6% em 1988, a mais baixa da CEE.

(Continua na página 3)

Com salvaguarda dos interesses específicos

Portugal e Espanha aprofundam cooperação

HARMONIA, cooperação e abertura foram as notas dominantes da recente cimeira luso-espanhola que reuniu, em Lisboa, Cavaco Silva e Felipe Gonzalez. A convergência política entre os dois chefes de Executivo foi bem evidente nas áreas em que foram acertadas estratégias comuns, nomeadamente nas vias de comunicação, finanças e desenvolvimento fronteiriço. A mensagem que ficou bem expressa após as conversações foi que se «uma fronteira separa também serve para unir».

A reunião que agora terminou em Lisboa foi a quinta Cimeira Luso-Espanhola, desde a assinatura, em 1977, do Tratado de Cooperação e Amizade entre Portugal e Espanha.

A agenda das conversações foi dominada por várias questões como as relações comerciais bilaterais,

- **Têxteis portugueses com exportação facilitada**



Quinta Cimeira Luso Espanhola — Cavaco Silva e Felipe Gonzalez deram passos decisivos no interesse de ambos os Países



SUMÁRIO

- **Editorial — Em torno de uma entrevista** (pág. 2)
- **Entrevista com o Presidente da C.P.D. de Évora** (pág. 5)

cooperação fronteiriça, comunicações, transportes e assuntos internacionais.

A parte das reuniões entre Cavaco Silva e Felipe Gonzalez, os trabalhos foram, também, desenvolvidos por duas delegações chefiadas pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países.

Em vésperas da Espanha assumir a presidência da Comunidade Europeia, os dois responsáveis ibéricos apostam em estreitar o seu bom relacionamento, num clima assente no pragmatismo político e na tentativa de encontrar uma total convergência no âmbito do quadro comunitário. Nesse sentido, o mercado interno ibérico poderá ser uma realidade já em 1990.

Aliás, esta foi uma das questões abordadas por Cavaco Silva na conferência de Imprensa conjunta com o seu homólogo espanhol foi realizada no final da cimeira.

A proposta de antecipar o mercado interno europeu, através da criação de um mercado único ibérico, foi apresentada por Felipe Gonzalez e causou alguma apreensão em certos sectores portugueses. No entanto, o Primeiro Ministro salientou que esta cimeira foi a prova de que ambos os países estão dispostos a avançar nesse sentido, «mas sempre que sejam salvaguardados os interesses de ambas as partes».

Por outro lado, o chefe do

(Continua na página 6)

O PSD está vivo, aumentado, e para durar(...).

É o ponto de equilíbrio de uma Sociedade que quer mudar para se reencontrar

Em torno de uma entrevista

P OVO Livre orgulha-se de apresentar hoje aos seus leitores uma importante entrevista com o Prof. Cavaco Silva, Presidente da Comissão Política Nacional do PSD e Primeiro-Ministro de Portugal.

O Primeiro-Ministro é um homem comedido no número de entrevistas que concede, pelo que entendemos este exclusivo, no momento em que perfaz três anos de chefia do Governo, como uma homenagem a todos os militantes do PSD que com ele contribuíram para proporcionar a Portugal a oportunidade rara de possuir hoje um Governo monopartidário de maioria absoluta — suporte de um projecto credível de estabilidade política e de progresso económico e social.

Realmente, Portugal está a mudar! Mudar para melhor. E os méritos da mudança vão, inteiros, para o PSD e para o Prof. Cavaco Silva. O PSD é o grande referencial de estabilidade política, de confiança no futuro e de segurança para os cidadãos. Perante o desmoronamento e a confusão que reina no seio das restantes forças políticas nacionais, apenas um partido emerge, tranquilo e seguro das tarefas que lhe cabem: o PSD.

Há aí partidos que não têm gerações para chefiar as tropas a assegurar os principais combates? O PSD tem!

Há aí partidos que não têm líderes capazes de resistir aos conflitos internos e à voracidade dos baronatos? O PSD tem!

H A aí partidos em que os líderes têm apoiantes mas não têm defensores? O PSD tem uma coisa e outra!

Claro que sobre o PSD e o seu líder já se disse tudo na Comunicação Social.

Já se profetizou a extinção do Partido e a queda do seu líder pelo menos uma dezena de vezes. Mas o que distingue um partido e um líder com nervo é o facto de conseguirem viver com a crítica constante — mesmo que corrosiva — da Opinião Pública e da Comunicação Social. Viver com ela e superá-la! Não claudicar só porque a Comunicação Social critica! Deixar que se profetize a sua extinção e crescer! Deixar que se anuncie a sua queda e permanecer de pé!

E desmentir com a nossa vitalidade os eternos profetas do desânimo e da descrença.

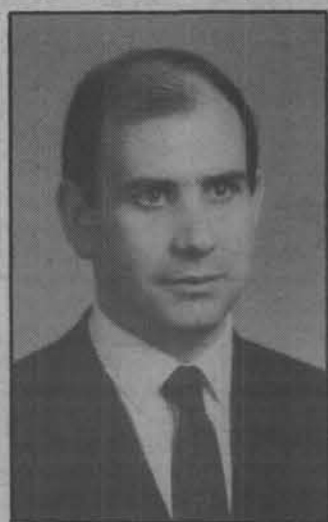
Em 26 de Abril de 1985, a revista Grande Reportagem publicava um artigo dum preclaro arauto do anticavacismo, Vasco Pulido Valente, no qual se estampava um saboroso naco de prosa, que a seguir se reproduz, e que anunciava para breve o fim do PSD, provocado pelo apoio à candidatura presidencial de Freitas do Amaral: «Diogo veio porque a anarquia do seu inimigo histórico, o PSD, o permitiu e a consequência da sua vinda será inevitavelmente a morte do PSD, dividido entre quem o aceitar como dono e senhor, e à direita que ele fizer, e quem o

recusar por um novo destino. O que não é mau. Nascido das águas turvas do 25 de Abril, o PSD encarna e resume os equívocos da política portuguesa. Sem ele, tudo se tornará mais claro».

A SSIM falava Pulido Valente, consolado com a visão ilusória dos destroços do PSD, qual raposa dentro do galinheiro abandonado. Enganou-se rotundamente, o que não o impede de continuar a debitar certidões de óbito político com a mesma facilidade com que D. Juan fazia promessas de casamento.

Resta-nos a prova dos factos, que vai sendo dada pela inexorável passagem do tempo. O PSD está vivo, aumentado, e para durar. Não esqueçamos que muitos dos que anunciaram apocalipticamente o seu fim foram os fautores da estratégia política de alguns partidos da Oposição — estratégia essa que os levou ao estado que hoje conhecemos.

Vamos deixá-los continuar a profetizar as agruras do PSD, porque essa é a sua função e o seu consolo. E vamos dar-lhe o amargo prazer de poderem verificar, daqui por uns anos, que, por vontade dos portugueses, o PSD continuará a ser, como é hoje, o ponto de equilíbrio de uma sociedade que quer mudar para se reencontrar com o seu destino e com o futuro a que tem direito.



Duarte Lima

Por iniciativa da ANASD

Conferências sobre a Regionalização Administrativa do Continente na Revisão Constitucional

A ANASD, em colaboração com o IPSD e as Comissões Políticas Distritais, promoveu a realização de duas conferências sob o mesmo tema, em 29 de Outubro no Porto e em 30 de Outubro de Lisboa.

As conferências obedeceram ao seguinte programa:

PORTO:

Abertura — Valente de Oliveira, Ministro do Planeamento e Administração do Território.

Intervenções — Coman-

dante Virgílio de Carvalho: «A Defesa Nacional e a regionalização administrativa». Jorge Simão: «Análise jurídica dos projectos de regionalização». Manuel Moreira, Secretário Geral Adjunto para as Autarquias: «O projecto de lei quadro do PSD para a regionalização».

Encerramento — Rui Machete, Presidente da Comissão de Revisão Constitucional: «A regionalização administrativa na Revisão Constitucional de 1988».

LISBOA:

Abertura — Livio Borges, Presidente do Conselho Directivo da ANASD — «As acções da ANASD de 1986/1988».

Intervenções — Carlos Pimenta, Deputado ao Parlamento Europeu: «A regionalização na perspectiva das Comunidades Europeias». Marcelo Rebelo de Sousa: «A regionalização administrativa do Continente no plano constitucional».

Encerramento — Arlindo Marques Cunha, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação.

Conclusões

As duas conferências foram amplamente participadas, um debate alargado, de que foram recolhidas as seguintes conclusões:

1.º) O processo evolutivo da regionalização administrativa do continente deve ter por objectivos maiores a atenuação dos desequilíbrios entre o Interior e o Litoral, a melhoria do funcionamento da administração por via da aproximação dos centros de decisão em relação aos cidadãos e, também, ao incremento da participação dos cidadãos na vida pública e na formulação democrática das soluções mais adequadas aos problemas do desenvolvimento.

2.º) O descobrimento equilibrado do País constitui o desafio geral lançado de realização através de um quadro institucional intermédio entre o escalão local e o central, como regiões operacionais, adaptadas à variedade das soluções a adaptar e à versatilidade de

gestão que a máquina administrativa nacional tem dificuldades em definir, coordenar e administrar.

3.º) A Defesa Nacional é uma tarefa que transcende largamente o âmbito estritamente militar para se enraizar na estratégia nacional destinada a reforçar a solidariedade e a coesão de todo o País, por via da melhoria da eficiência da administração e da garantia de um sã equilíbrio na distribuição de competências nos vários níveis da Administração Central, Regional e Local.

4.º) Os autarcas do PSD assinalam o balanço francamente positivo do acordo de Revisão Constitucional celebrado entre o PSD e o PS, em especial sobre a matéria da regionalização administrativa do Continente, e registam a liderança política, estratégica e tática, a dois níveis, que permitiu a sua concretização para que seja possível efectuar as mudanças necessárias.

5.º) O processo da regionalização administrativa do continente, subjacente à Revisão Constitucional, com a aprovação em primeiro lugar da lei quadro definidora das atribuições e competências, deve tender

à criação em consulta à instalação das regiões por forma progressiva para responder a preocupações operacionais de desenvolvimento.

6.º) A transformação em curso das autarquias de infra-estruturas em autarquias de desenvolvimento e a disponibilização crescente de fundos nacionais e comunitários, estes em consequência da adesão de Portugal às Comunidades Europeias, intensificarão o processo de regionalização pela necessidade e conveniência da criação de novas formas da estreita cooperação intermunicipal.

7.º) O projecto de criação das regiões administrativas proposto pelo PSD subsiste como o mais objectivo e realista, que a metodologia de abordagem escalonada do problema que permitirá a análise serena e objectiva de desenvolvimento do debate amplo e participado das populações.

8.º) Os autarcas do PSD confirmam ao Governo, na pessoa do Primeiro-Ministro, a sua completa adesão e apoio à acção do XI Governo Constitucional no objectivo fundamental de construir a modernidade em Portugal.

O Povo Livre

Sai às quartas-feiras

PROPRIEDADE
PSD — Partido Social Democrata

Director: DUARTE LIMA

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)
Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX
Telef. 60 21 40

Depósito legal n.º 1970/83

Distribuição:

VASP - Soc. Transporte de Distribuições, Lda.
R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.
1000 LISBOA

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

Cavaco Silva

Balanço da adesão à CEE é altamente positivo

(Continuação da 1.ª página)

O poder de compra dos salários, que tinha caído 15% no período 1983-85, subiu 10% no período 1986-88.

A pensão social mínima passou de 5 500\$00 para 13 000\$00 ou seja um aumento de 135%. As pensões dos trabalhadores agrícolas e pescadores também tiveram uma melhoria substancial.

Apesar de tudo o que foi feito nos últimos 3 anos ainda há muito por fazer. O País sofre de grandes atrasos, acumulados durante décadas, que não é possível recuperar de um dia para o outro. Mas ninguém pode contestar que nos últimos três anos andámos para a frente e a bom ritmo.

P. L. — Prometeu que o seu primeiro ano de Governo maioritário seria o ano das reformas estruturais. Acha que as reformas estão feitas?

C. S. — O processo legislativo referente à maioria das reformas prometidas ficou concluído. Tratou-se de um passo indispensável e decisivo para que as reformas estruturais, tantas vezes anunciadas, reclamadas e prometidas — mas até agora nunca concretizadas! — tomem corpo na sociedade portuguesa, como já está a acontecer.

Não foi um passo fácil, como todos recordarão. A sombra da estatização desencadeada pelo 11 de Março, entretanto mantida não obstante a consolidação da democracia política, e aproveitando o clima de instabilidade governativa que o País viveu até há pouco, muitos interesses floresceram, muita gente foi beneficiando à custa do adiamento do País. Por isso, foi muito forte a reacção à mudança que levámos a cabo no plano legislativo. Qualquer outro governo, menos determinado do que o meu Governo a fazer prevalecer o interesse nacional sobre os interesses particulares e corporativos, teria certamente recuado, tal como inúmeras vezes aconteceu no passado.

Nós, que trouxemos um novo estilo à política portuguesa, não nos acomodamos às situações nem fugimos a enfrentar os problemas, por difíceis que se apresentem. E temos conosco uma grande força: o mandato claro e inequívoco que, em 19 de Julho do ano passado, os Portugueses democraticamente nos conferiram para mudar Portugal, modernizando-o, desenvolvendo-o, tornando-o mais europeu e mais solidário. Por isso as reformas es-

truturais foram mesmo para a frente.

Faltam ainda algumas, como a abertura da televisão à iniciativa privada, mas que irão igualmente avançar.

Não tenho por hábito colocar as promessas feitas na gaveta.

Não receio a comparação entre o programa eleitoral apresentado aos Portugueses e o que foi feito no primeiro ano de Governo maioritário. O grau de cumprimento do programa é bastante satisfatório.

P. L. — O Senhor Professor chegou a Primeiro Ministro quase ao mesmo tempo em que Portugal

aos fundos estruturais, consagrou-se o PEDIP — Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa — reconheceu-se o carácter específico da agricultura portuguesa, etc.

No plano da cooperação em política externa, Portugal logo se afirmou como um Estado respeitado e ouvido, sobretudo quanto a problemas envolvendo a África Austral e outras regiões do globo às quais nos ligam seculares laços históricos.

O essencial está em que a integração da CEE tem funcionado como um poderoso factor de impulso à

O acordo sobre a revisão constitucional é bom para o País, pois viabiliza um texto constitucional plenamente democrático

aderiu à CEE. Qual é o balanço que faz destes primeiros três anos de adesão?

C. S. — Ninguém tem hoje dúvidas de que esse balanço é altamente positivo — nem em Portugal, nem nos meios comunitários, onde a nossa capacidade de resposta e de participação activa nos trabalhos da CEE espantou muita gente.

A melhor prova de que as coisas correram bem está em que passou de moda fazer previsões pessimistas, e até catastróficas, sobre as consequências da nossa adesão, previsões muito frequentes há três anos. Os Portugueses souberam reagir positivamente ao desafio, os agentes económicos demonstraram capacidade de iniciativa no novo condicionalismo e a Administração Pública e o Governo comportaram-se de modo a assegurar para o País vantagens significativas na negociação permanente em Bruxelas.

O relacionamento com Espanha — área onde a adesão trouxe grandes novidades — evidencia bem o dinamismo empresarial português, com as exportações nacionais para o mercado espanhol a crescerem a ritmo elevadíssimo. Apresentando projectos válidos, os nossos agentes económicos e sociais têm ainda sabido tirar partido das verbas que a CEE disponibiliza para a modernização do País.

O Governo logrou, aliás, negociar apoios comunitários muito significativos para o desenvolvimento português, designadamente na cimeira de Bruxelas em Fevereiro passado. Duplicaram-se as verbas destinadas

modernização da Sociedade e do Estado em Portugal. As reformas estruturais lançadas pelo Governo são disso um exemplo flagrante.

P. L. — Quais são os grandes objectivos do Governo para o próximo ano?

C. S. — Primeiro, fazer de 1989 o quarto ano consecutivo de progresso e aumento do poder de compra da população, conseguindo assim um resultado que é único na nossa História recente e raro na Europa.

Por outro lado, avançar na preparação da Sociedade e da Economia portuguesa para vencer o desafio da Europa de 1992, através da modernização da nossa Indústria, Agricultura e Comércio, da construção de boas vias de comunicação, da redução do peso do Estado, da reforma da Administração Pública.

Considero também uma grande prioridade nacional a reforma do sistema educativo, a generalização do acesso à Educação, aproxi-

O Governo aposta no dinamismo e na iniciativa das classes médias para fazer avançar Portugal

mando-nos das taxas de escolaridade europeia, o desenvolvimento do ensino politécnico e profissional, o combate ao insucesso escolar.

O Governo aposta fortemente na valorização dos recursos humanos.

Penso que em 1989 vamos avançar no grande sonho de fazer em Portugal um País moderno, desenvolvido, mais justo e solidário.

P. L. — Depois do acordo com o PS sobre a Revisão Constitucional, vamos ficar com uma Constituição própria de um País da CEE e adequada aos desafios do futuro?

C. S. — Qualquer acordo é um compromisso, não sendo naturalmente possível fazer prevalecer todos os pontos de vista de qualquer das partes. Creio, todavia, que se trata de um bom compromisso.

Bom para o País, pois o acordo celebrado viabiliza um texto constitucional plenamente democrático, no sentido de que um programa apresentado ao eleitorado por qualquer partido (e não apenas pelo PSD) e sufragado pelo povo deixa de encontrar obstáculos constitucionais sérios à sua concretização.

E bom, também, porque, ao eliminar muitas das sequelas anti-democráticas que do 11 de Março permaneciam na Constituição, o acordo possibilita que, finalmente, o País passe a dispor de uma lei fundamental que una os Portugueses em torno de um consenso sobre os princípios básicos da Democracia, em vez de os dividir impondo normas programáticas de cariz ideológico bem determinado, como até aqui.

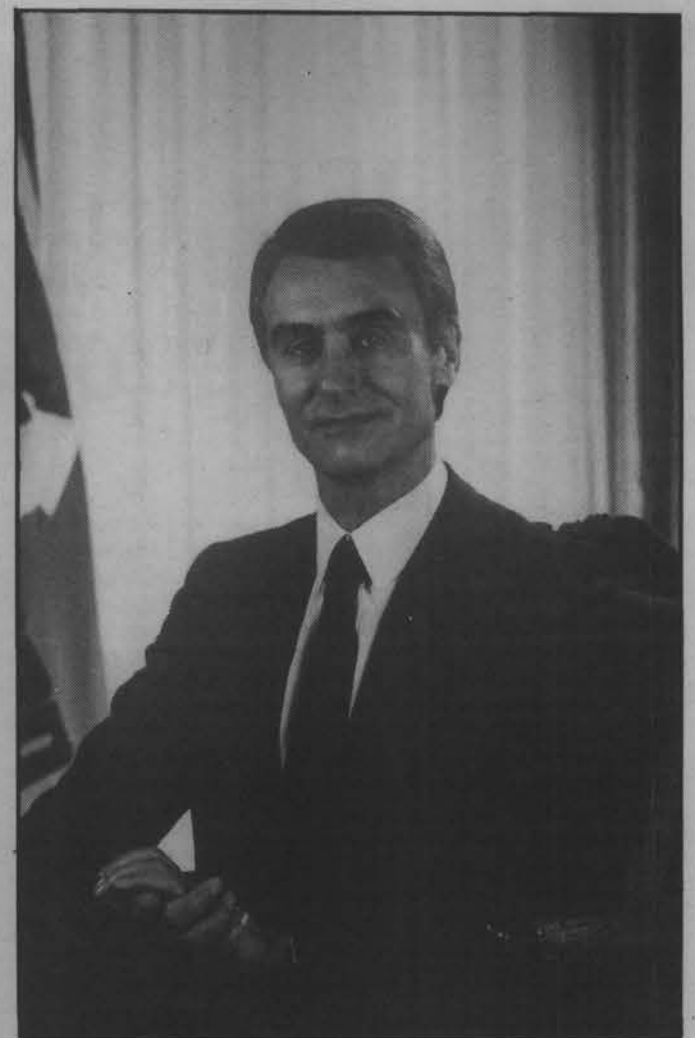
O acordo aponta, assim, para uma Constituição moderna, europeia e portanto mais adequada aos desafios do futuro, abrindo boas perspectivas desde logo quanto ao desafio que representa para nós a Europa de 1992. O acordo entre o PSD e o PS foi uma vitória da Democracia, que prestigia os partidos que o subcreveram.

É minha convicção que, dizendo o acordo respeito aos superiores interesses nacionais e não a interesses meramente partidários, ele não será posto em causa pela actual crise interna do PS.

P. L. — Tem sido afirmado

O Governo não se preocupa devidamente com as classes médias. O que tem a dizer?

C. S. — Trata-se de uma afirmação ridícula, porque destituída de qualquer fundamento. O meu Governo está empenhado em diminuir o peso do Estado na vida económica, social e cultural do País e mobilizar a sociedade civil para o desafio da modernidade. Passos importantes foram já



«Fazer de 1989 o quarto ano consecutivo de progresso e aumento do poder de compra da população».

dados nesse sentido e outros se seguirão. Assim, é óbvio que o Governo aposta na capacidade, no dinamismo e na iniciativa das classes médias para fazer avançar o País. E a resposta aí está, com o investimento — designadamente por parte de pequenas e médias empresas — a crescer a um ritmo que há muito não se via entre nós o que reflecte o forte clima de confiança e a estabilidade que reina na sociedade portuguesa.

A alegação de o Governo

se tem em consideração os objectivos de eficiência no funcionamento da economia e o desenvolvimento económico: queremos que a poupança e o investimento sejam estimados para que a riqueza nacional aumente.

Os critérios fiscais definidos e aprovados pela Assembleia da República são aplicados a todos e daí resulta a contribuição de cada um para o financiamento das necessidades colectivas.

O novo imposto único —

O novo imposto único é mais justo que o sistema fiscal em vigor

não tratar bem as classes médias foi invocada a propósito da Reforma Fiscal. É mais uma das muitas inverdades que têm sido postas a correr a tal respeito.

O Governo preocupa-se com todos os portugueses e coloca em primeiro lugar os interesses nacionais — é essa a sua obrigação. Um dos objectivos porque

pauta a sua acção é a justiça social o que requer uma distribuição equitativa da carga tributária. Daí resulta que os impostos necessários para financiar as despesas do Estado devem ser distribuídos basicamente de acordo com a capacidade contributiva de cada um. E manda ainda a justiça fiscal — e consta da Constituição — que sobre os rendimentos mais altos devem incidir taxas mais altas de modo a realizar alguma redistribuição do rendimento a favor dos indivíduos de mais baixos rendimentos. O critério da justiça fiscal não é o único a estar presente na distribuição dos impostos. Também

prometido nos últimos 13 anos mas só agora concretizado — é muito mais justo que o sistema fiscal em vigor e mais eficiente e favorável ao desenvolvimento do País. Todos vão, portanto, ganhar com a Reforma Fiscal.

Convém ter presente que em Portugal existem mais de dois milhões de reformados, a maioria dos quais recebendo pensões de 13 000\$00 por mês (há 3 anos recebiam só 5 500\$00).

Não podemos deixar de prestar uma atenção uma atenção particular a portugueses como estes, que têm ainda níveis de vida tão baixos, o que exige uma contribuição adequada dos portugueses no activo em nome da construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como social-democratas que somos, não podemos abdicar desta orientação.

P. L. — Alguns dos seus ministros têm sido objecto de muitas críticas. Pensa

(Continua na página 4)

Cavaco Silva ao «POVO LIVRE»

O PSD tem uma grande responsabilidade

(Continuação da página 3)

fazer um breve uma remodelação ministerial?

C. S. — Ninguém no Governo tem lugar cativo e quem hoje serve o País como Ministro ou Secretário de Estado pode servir amanhã noutra posição. A decisão de alterar a composição do Governo deve ser basicamente o resultado de uma avaliação das vantagens e dos inconvenientes, sobre vários pontos de vista, feita pelo Primeiro Ministro, responsabilidade que é grande mas que eu assumo por inteiro. Nunca farei uma alteração do Governo em resultado de pressões do exterior. Fá-la-ei só quando estiver convencido que é o melhor para o projecto nacional que defendo e para os compromissos que assumi com o povo português.

Conheço, como é óbvio, melhor do que qualquer outra pessoa a acção desenvolvida por cada um dos meus ministros e sei portanto como são incorrectas

e injustas muitas das críticas que são feitas.

Orgulho-me de presidir a uma equipa ministerial coesa, determinada, corajosa, competente e trabalhadora, que tem como objectivo cumprir o programa que apresentámos aos Portugueses e servir bem o País.

P. L. — Pensa que o PSD está preparado para responder aos desafios que estão à sua frente, principalmente as eleições para o Parlamento Europeu, autárquicas e depois voltar a ganhar as eleições legislativas de 1991?

C. S. — O PSD tem uma grande responsabilidade perante o País, não só pelo mandato claro que os eleitores lhe conferiram em Julho de 1987, mas também devido à situação das diferentes forças políticas. Olhando à nossa volta é fácil verificar que só o PSD pode levar por diante o processo de modernização e desenvolvimento do País e assegurar o êxito da inte-

gração plena na Europa Comunitária.

Temos de mostrar em cada dia que merecemos a confiança dos Portugueses e não podemos acomodarmo-nos ou descansar face às dificuldades que atravessamos as outras forças partidárias. Pelo contrário, devemos retirar daí um estímulo para fazer mais e melhor.

A população tem que continuar a ver no PSD um Partido diferente.

Temos que continuar a ser um referencial de estabilidade e progresso para os Portugueses.

Temos que manter a credibilidade perante a opi-

nião pública e, para isso, temos que preservar a unidade, a coesão e a disciplina no Partido.

Temos que manter sempre um verdadeiro sentido nacional na nossa acção e nunca nos deixarmos guiar por interesses meramente particulares.

É minha convicção que os militantes partilham estas orientações e, sendo assim, penso que estamos em condições de garantir um longo ciclo de sucesso para o PSD e para o País.

Mas há muito trabalho para fazer. Para isso conto com a tradicional dedicação, empenho e entusiasmo dos militantes e simpatizantes.

Mercado de capitais recupera

O mercado de capitais português vive, desde há duas semanas, uma moderada reanimação depois de um período de pouco dinamismo que se arrastou durante os últimos meses.

Segundo alguns operadores no mercado, «a Bolsa teria irremediavelmente que subir pois, embora as árvores não cresçam até ao céu, mesmo assim crescem alguma coisa quando existem as condições favoráveis para que tal aconteça».

Parece que essas condições já existem com os incentivos fiscais e os atractivos níveis de preços a que chegaram as cotações de alguns títulos. Por isso, assistiu-se nas últimas semanas a um nível de transacções de títulos que, nalgumas se-

sões, foi superior ao registado no período anterior ao «crash». O preço dos títulos transaccionados cresceu também moderadamente e o volume de títulos, nalguns casos, cresceu 150 por cento entre algumas sessões.

Por outro lado, o volume diário das transacções situou-se quase sempre acima de um milhão de contos o que denota que os investidores institucionais voltaram a intervir activamente no mercado de capitais tal como os grandes accionistas, eventualmente estrangeiros.

Refira-se ainda que o «papel» transaccionado nas últimas sessões tem registado um considerável aumento nas subidas, relativamente às descidas.

Energia: Desafios do Futuro (II)

PROSSEGUIMOS hoje, como referimos na anterior edição do «Povo Livre», a publicação das acções desenvolvidas e a desenvolver a curto prazo na área da Energia. Começamos com a procura de energia (consumo), vamos agora à oferta. Concluiremos, no próximo número, com uma sondagem na área do sector extractivo.

Produtos petrolíferos

— Preparação das alterações à fórmula de formação dos preços dos produtos petrolíferos e do ISP.

— Fixação dos contingentes de venda de combustíveis líquidos para 1988 para os diversos operadores através de Despacho Conjunto MIE/MCT de 31 de Dezembro de 1987. Reajustamento, no 2.º semestre, dos contingentes fixados para 1988.

— Publicação do DL n.º 12/88, de 17 de Junho, instituindo um novo regime de constituição de reservas obrigatórias de produtos petrolíferos, a fim de garantir o mínimo de existências destinadas a atenuar os efeitos de eventuais dificuldades de abastecimento.

Energia eléctrica

— Actualização do tarifário de electricidade em novos moldes.

— Implementação de estrutura tarifária baseada em novos conceitos de tipologia dos consumidores de electricidade destinada a flexibilizar as opções dos agentes económicos.

— Normalização das tarifas degradadas nas áreas de distribuição municipal, nomeadamente no Porto, Valongo, Maia, Espinho, Gaia e Gondomar. Aplicação dos tarifários fixados

pela Portaria n.º 203-A/88, de 30 de Março.

Gás natural

— Definição da estratégia para o PGP no alargamento e renovação da rede de distribuição de gás da cidade.

— Definição do enquadramento da estratégia oficial para a implementação do projecto GN.

— Lançamento de um estudo de mercado que identifique os principais consumidores de GN.

— Estudo das potencialidades do GN na substituição de consumos de energia eléctrica implicando a redução das necessidades de potência eléctrica a instalar.

— Início de contactos com entidades potencialmente interessadas no projecto do Gás Natural.

— Início dos contactos com a CEE com vista ao cofinanciamento das infraestruturas de recepção e transporte do GN.

— Lançamento das bases de actuação e dinamização dos agentes económicos para a criação das infraestruturas aos níveis local, regional e nacional.

— Criação da sociedade regional (Porto) de distribuição de GN, com participação de empresas públicas e privadas.

— Inicialmente distribuirá ar propanado.

— Idem para a cidade de Coimbra.

— Preparação das bases legislativas para a implementação do projecto Gás Natural, nomeadamente:

— Decreto Regulamentar sobre Transporte de Gases Combustíveis por Gasodutos.

— Especificações Técnicas de Gás sobre Trans-

porte de Gases Combustíveis por Gasodutos.

— Decreto Lei sobre a Regulamentação de Transporte, Armazenamento, Tratamento e Distribuição de GNL, GN ou dos seus gases de substituição.

— Normas relativas ao projecto, execução, abastecimento e manutenção das instalações de gás combustível em imóveis.

— Legislação sobre o estatuto das entidades instaladoras e montadoras de redes de gás.

— Elaboração de estudos de viabilidade económica e dos impactos macroeconómicos associados ao projecto do GN.

— Estudo da malha de distribuição do GN na região da Grande Lisboa.

— Elaboração do caderno de encargos para o concurso de adjudicação da concessão da rede de transporte e terminal da GNL.

Carvão

— Contactos com agentes económicos para dinamização e apoio das actividades de distribuição de carvão no País.

— Estudo de bases sobre as potencialidades de penetração do carvão e das principais infraestruturas eventualmente necessárias.

Recursos energéticos nacionais

— Valorização do minério de urânio nacional através nomeadamente do pedido de integração no sistema EURATOM. Contactos com a Rio Tinto Zinc, Total e Cogema.

— Concessões para pesquisa e exploração de petróleo e gás natural no «on-shore» e «off-shore».

Empresas públicas PGP

— Concretização da transferência da actividade de distribuição do gás de cidade da EDP para a PGP.

— Alteração dos estatutos da PGP, EP de modo e transformar a empresa em Sociedade Anónima de capitais mistos.

EDM

— Alteração dos estatutos da EDM, EP de modo a transformar a empresa em Sociedade Anónima.

Petrogal

— Alteração dos estatutos da Petrogal, de modo a dotá-la com o estatuto de Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada e de capital misto.

— Optimização da estrutura industrial com a consequente implementação dos centros de negócio lucrativo.

EDP

— Identificação dos desequilíbrios financeiros da EDP e de medidas para a sua correcção a prazo.

— Redefinição objectiva da missão da empresa visando, entre outros objectivos, alienar as actividades de carácter horizontal não afectas directamente à exploração.

— Alteração da estrutura organizacional visando uma gestão empresarial mais funcional.

ENU

— Alteração do objecto da Empresa no sentido de possibilitar a diversificação de áreas de actividade.

Seminário

«O Ordenamento do Território e as Autarquias»

Dia 12 de Novembro no Hotel Penta (Lisboa)

09.30h — Abertura — José Nunes Liberato — Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território

10.00h — A Direcção Geral do Ordenamento do Território Formas de Intervenção e Perspectivas para o Futuro — José Manuel Santos Mota — Director Geral do Ordenamento do Território

10.30h — Loteamentos Urbanos — Luís Perestrelo de Oliveira — Director dos Serviços Jurídicos da DGOT

11.00h — As Infracções Urbanísticas — João Pitschieller — Advogado e consultor jurídico da Ass. Arquitectos Portugueses

11.45h — O Novo Pacote Legislativo de Ordenamento do Território — José Miguel Sardinha — Adjunto do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território

12.30h — Debate

15.00h — A Protecção do Meio Ambiente no Direito do Urbanismo Português — João Pereira Reis — vice-Presidente da Associação Portuguesa para o Direito do Ambiente

15.30h — Renovação Urbana — Vítor Reis — vereador da Câmara Municipal de Lisboa

16.00h — O Ordenamento do Território e o Algarve — Estudo de um Caso. A Perspectiva Municipal — Jacinto Correia — Presidente da Câmara Municipal de Lagoa — O Planeamento — Costa Lobo — Presidente da Sociedade Portuguesa de Urbanistas — Instituto Superior Técnico

17.15 h — Debate

18.00h — Encerramento — Valente de Oliveira — Ministro do Plano e da Administração do Território.

Presidente da CPD de Évora

É necessário dar oportunidades aos agentes económicos do Alentejo

Apesar das especificidades que apresenta e do grande atraso relativamente a outras regiões do nosso País, devido, em especial, ao despovoamento e à falta de quadros, o Alentejo está à procura de condições para promover o seu próprio desenvolvimento, tarefa em que está empenhada a Comissão Política Distrital do PSD de Évora, presidida por Luís Capoulas.

«POVO LIVRE» — Que especificidades ou dificuldades não comuns a outras distritais do PSD apresenta a Presidência da Comissão Política deste Distrito?

LUÍS CAPOULAS — Ser Presidente de uma comissão política distrital é fundamentalmente uma tarefa de militância e um serviço cívico que se presta ao Partido e ao País, porque o Partido Social Democrata está hoje fortemente empenhado em ser o mentor do movimento de dinamização do País.

Ser presidente, portanto, de uma distrital, uma estrutura intermédia como o objectivo de dinamizar e fomentar o debate dentro do Partido, é fundamentalmente um lugar que envolve grande responsabilidade, em face desse objectivo de modernização e desenvolvimento, para que possamos enfrentar com êxito a integração no Mercado Comum Europeu, em 1992.

Quanto às dificuldades específicas deste Distrito, julgo que são um pouco comuns às distritais do Interior e residem fundamentalmente na carência de quadros que este Interior sofre.

No Interior, como está num processo de desertificação social, não se criam os empregos do desenvolvimento empresarial que permitam a fixação da inteligência regional. Naturalmente, esse êxodo de inteligência acaba por se repercutir também na própria dinâmica e organização do Partido a nível distrital, de modo que, para além de termos que dar resposta local a algumas questões que a vida política nos põe constantemente, considero que nas regiões do Interior nós estamos mais sós, porque menos acompanhados de quadros que nos permitam ajudar no permanente debate, na permanente luta política, que num regime democrático pluripartidário é constante. São estas, de um modo geral as dificuldades acrescidas que nós sentimos nas distritais do Interior.

«P.L.» — Está satisfeito com o esforço já desenvolvido para a captação de novos militantes? Os resultados têm sido compensadores?

L.C. — Assumi a Presidência desta Distrital de Évora há exactamente 5 anos, numa fase difícil da vida do Partido. Tivemos acabado de sair do Congresso de Montemor e o Partido acabava de aderir com o Partido Socialista, ao conhecido Bloco Central. Nessa altura vivi toda uma fase de luta

interna, uma grande luta pela disputa do poder interno, e a Distrital de Évora, conjuntamente com outras, foi das que se empenhou em defesa das teses que na altura o Prof. Mota Pinto preconizava.

Temos razões para crer que a estratégia do Prof. Mota Pinto, na condução do Partido no difícil e crucial período do Bloco Central, teve qualidades, uma vez que ela propor-

conjuntamente com o Partido Socialista, conquistar três câmaras para a área democrática das 14 câmaras do Distrito. O Partido Comunista detém agora 10 câmaras quando antes tinha 13. Este resultado também nos permite algum optimismo para as próximas eleições, nomeadamente para as autárquicas de 1989.

«P.L.» — Encara, portanto, com confiança as próximas eleições autárquicas?

L.C. — As próximas eleições autárquicas, na sequência do que atrás afirmei, encaramo-las com optimismo moderado, pois temos que reconhecer que numa região onde a nossa implantação autárquica, apesar dos resultados já conseguidos, ainda não é muito forte, temos cada vez mais dificuldades em conquistar novas câmaras e novas autarquias, porque o Poder Local quando exercido com os poucos recursos de que as autarquias dispõem, é naturalmente cada vez mais difícil de conquistar.

Com as acções que o Go-

Com as acções que o Governo vem desenvolvendo e a militância com que nos temos empenhado será possível dar novos passos no sentido da modernização do Poder Local aqui neste Distrito

cionou, antes de mais, um ressurgir, um renascer, do Partido para alcançar a dimensão que hoje tem.

Também depois do infausto acontecimento da morte do Prof. Mota Pinto, a Distrital de Évora foi uma das que, no Congresso da Figueira da Foz, apoiou inequivocamente a liderança do Prof. Cavaco e Silva, e também, neste aspecto, a vantagem desta posição estratégica está hoje confirmada pelos factos.

Vive-se hoje a consagração dessa estratégia, dessa caminhada para o engrandecimento do Partido, para uma nova mentalidade talvez mais vocacionada para o País, para pôr as grandes questões nacionais acima das querelas internas. Os resultados das eleições de 1987, se fundamentalmente devidos à personalidade e às qualidades políticas do líder do Partido, colocaram também em evidência um trabalho de base que o Partido dinamizou e acompanhou. E essas duas grandes questões, a opção partidária que a Distrital de Évora fez, são já por si um resultado que nos tem que deixar satisfeitos, dado que demonstrou termos feito a opção correcta. A nível distrital também nestes cinco anos, particularmente nos últimos três anos houve um acréscimo considerável de novos militantes, aumentámos o número de secções efectivamente em actividade, pelo que também nesta matéria, obtivemos resultados compensadores que nos têm estimulado para continuar a chegar até aqui.

Por outro lado, foi possível nas últimas eleições, em 1985,

verno vem desenvolvendo e a militância com que nos temos empenhado, será possível dar novos passos no sentido da modernização do Poder Local aqui no Distrito.

Assim, iremos considerar as posições já referidas e disputar novas autarquias ao Partido Comunista; tudo aquilo que se conseguir conquistar de novo, qualquer nova câmara ou freguesia em que se consiga vencer nas condições actuais, é já motivo para nos sentirmos compensados dos esforços que fazemos de divulgação e engrandecimento do Partido Social Democrata.

«P.L.» — Qual das acções e medidas do Governo foi melhor acolhida pelas populações locais? A acção governativa tem contribuído para lhe facilitar a missão como Presidente desta Distrital e para que espere um avanço da implantação do nosso Partido?

L.C. — Considero que as medidas que o Governo tem vindo incrementando valem como um todo e registo em especial um pacote de medidas estruturais que na última Legislativa foi possível aprovar na Assembleia da República, e que nomeadamente no que concerne à legislação agrária — terão um impacto extraordinário no desbloquear da situação da agricultura nesta re-

Este é, de facto um Governo Social Democrata, que cuida de obter riqueza para a distribuir com um fim social



LUÍS CAPOULAS

gião. Toda a política social que o Governo do PSD vem desenvolvendo naturalmente que é confrontado com muitas privações, nomeadamente nos quadros dos reformados e das populações mais carecidas.

Este é de facto um Governo Social Democrata, que cuida de obter riqueza para a distribuir com um fim social. O conjunto das acções do Governo valem, portanto, como um todo valem pelo cariz de justiça social da governação.

Devo referir, no entanto, que modernização no País e, portanto, também nesta região.

E se há uns anos atrás a militância quanto à permanente ameaça das tentações totalitárias, que o Partido Comunista aqui veiculava, hoje a ideia que nos domina, espantado ou afastado esse perigo, é a ideia de desenvolvimento da melhoria do bem estar das populações que só o desenvolvimento económico pode proporcionar.

Nessa matéria, perspectivamos o desenvolvimento como o despoletar das energias endógenas da região, para que o desenvolvimento possa acontecer também de dentro, e não ser um desenvolvimento imposto de fora, porque uma região em despovoamento, com uma densidade populacional que é um quinto da média nacional, é naturalmente alvo de algumas tentações de grandes grupos de interesses, e entendemos que não é qualquer desenvolvimento que nos serve.

Não gostaríamos que o Alentejo fosse aqui por uns anos novamente visto como uma região interessante, pacata, sossegada, onde dá gosto ir à caça; queremos que o Alentejo seja, aqui por uns anos, uma região menos distante em termos de desenvolvimento e de condições de vida, menos distantes das regiões mais desenvolvidas do Litoral. Para que isso aconteça é necessário que sejam dadas oportunidades aos agentes económicos locais.

Parafraseando um velho ditado chinês, nós não pedimos que nos deem peixe; nós, pretendemos é que nos permitam pescar.

Se a acção do Governo alinhar por essa orientação, como aliás está implícito no discurso político do Senhor Primeiro-Ministro, que já nos tem animado directamente e apontado esse caminho, penso que vamos ter daqui por uns anos algumas surpresas, quer no aspecto económico, quer no aspecto político.

Hoje, ultrapassar o Partido Comunista no Alentejo passa fundamentalmente por um correcto processo de desenvolvimento económico. No dia em que houver menos desigualdades sociais, no dia em que a propriedade estiver mais distribuída no Alentejo, não há razões nenhuma de subs-

Hoje, ultrapassar o Partido Comunista no Alentejo passa fundamentalmente por um correcto processo de desenvolvimento económico

tância para que a expressão política do Alentejo seja diferente da do resto do País.

O engandecimento do Distrito de Évora depende da compreensão para o processo de desenvolvimento que se profetiza e que nós entendemos como verdadeiramente correcto para as regiões do Interior. Mas, para que isso aconteça, também há que referir que alguns alentejanos em lugares de responsabilidade em esferas do poder devem assumir alguma parte desse espírito e actuar de completa boa fé no processo de desenvolvimento regional que a todos interessa e de que não há que excluir ninguém. Porque todos os alentejanos são poucos para as batalhas que se avizinham.

O repto que eu lanço a todos os militantes e não militantes do Partido, nomeadamente aqueles que estão em lugares de mais responsabilidades na coordenação do desenvolvimento regional ou no processo de desenvolvimento regional é que tenham abertura de espírito para todo este processo de desenvolvimento.

O Distrito de Évora não pode ser uma ilha da desdita rodeada de operações integradas de desenvolvimento por todo o lado, porque tem as suas carências, as suas dificuldades e não pode ser excluído

desse processo integrado de desenvolvimento, que urge acelerar.

«P.L.» — Os meios de que dispõe têm-se revelado suficientes para as acções planeadas ou que tenciona desenvolver?

L.C. — Quanto aos meios de que dispomos diria que eles são materialmente suficientes. Nós contamos com a solidariedade e com a militância arregaçada, mesmo desinteressada, de muitos militantes, quer na cidade de Évora, quer noutras secções. Penso, no entanto, que, além da carência de alguns quadros políticos, há que melhorar de alguma forma a ligação entre todas as pessoas do Partido, para que os resultados possam surgir com maior eficiência.

«P.L.» — Das acções que têm sido desenvolvidas, há algumas directamente relacionadas com o bem-estar das populações?

L.C. — As acções políticas desenvolvidas a nível da Distrital do Partido, naturalmente não têm um reflexo no bem-estar da população mas têm, como toda a acção política, um reflexo indirecto. Tudo o que nós possamos fazer para robustecer o Partido no Distrito, para que uma melhor organização, uma melhor ocupação de actividade, possam ter uma maior influência

nos centros de decisão, naturalmente que, no espírito social democrata, contribuirão para dar uma resolução às muitas carências que existem em numerosas aldeias do Alentejo, em muitas zonas do Alentejo. Essas carências preocupam-nos mas, naturalmente, que é ao Governo Social Democrata que compete, com o sentido de Estado de que o Prof. Cavaco Silva tem dado provas, tornar esta região numa região menos carecida.

Pela nossa parte, é com a maior lealdade, com a maior seriedade e honestidade, que nos propomos coadjuvar a Direcção Nacional do Partido e o Governo na grande tarefa de fazer com que esta região possa contribuir para se vencer o desafio do Mercado Único Europeu de 1992. Trata-se de uma região essencialmente agrícola, onde se vão travar nos próximos anos batalhas decisivas para modernização da nossa Agricultura.

Se houver compreensão, se forem incrementadas as medidas que foram aprovadas, o Alentejo vai dar a resposta que todos auguramos e vai deixar de ser uma região periférica da Grande Lisboa. O Alentejo vai ter uma vida económica própria, se formos capazes de lhe dar as condições para que possa promover o seu próprio desenvolvimento.

A CIMEIRA LUSO-ESPANHOLA**Melhorar vias de comunicação e lançar desenvolvimento fronteiriço**

(Continuação da 1.ª página)

Executivo português lembrou que Portugal negociou com a CEE períodos de transição em relação ao mercado interno nos sectores em que se debatia com maiores dificuldades, mas que nos restantes sectores não abrangidos por períodos especiais de transição é de todo o interesse incrementar a circulação comercial.

Ainda a propósito do Acto Único Europeu, Cavaco Silva reiterou o ponto de vista de ambos os países ibéricos em que ele deve coexistir com a realização de coesão económica e social, a qual, como referiu, «não ficou resolvida com a criação dos fundos estruturais e é necessário que todos os passos para o avanço desse objectivo, em 1992, sejam acompanhados por uma análise sobre as suas consequências naquele domínio».

Mercado têxtil

Uma das medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro na conferência de Imprensa foi a entrada em vigor da liberalização do mercado dos têxteis, que resultou de negociações concluídas recentemente, em Madrid, e para a qual vinham sendo criadas condições praticamente há um ano. Esta medida vai permitir o acesso dos industriais portugueses a um mercado com capacidade de absorção ainda disponível. Recorde-se que nos primeiros cinco meses deste ano Portugal exportou para Espanha cerca de mais um terço dos têxteis do que em igual período do ano passado. Por outro, a liberalização do mercado vai ainda permitir que pequenos produtores, para os quais os mercados externos representam um risco muito elevado, passem a encarar esta possibilidade

num óptica diferente e como estando ao seu alcance.

Cooperação a todos os níveis

Outra questão importante que resultou desta cimeira foi o acordo em estabelecer um esquema de consultas permanentes em diversos domínios. No que respeita à cooperação transfronteiras, ficará sediado em Portugal um grupo de trabalho conjunto com o objectivo de desenvolver projectos comuns susceptíveis de serem financiados pela Comunidade.

Segundo o Primeiro-Ministro, o trabalho do grupo deverá estar concluído em Março do próximo ano e o facto de ter sido estabelecido um prazo para apresentar resultados, significa que não se ficou por uma mera declaração interna.

Dois outros pontos que dominaram as conversações foram os problemas das vias de comunicação e do desenvolvimento fronteiriço. O próprio ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, Fernando Ordoñez, já tinha considerado que estas eram duas das principais preocupações de Madrid trazidas para a cimeira e, pelo lado português, elas eram, também, consideradas como muito importantes.

Ainda neste campo, ficou acordado por ambas as partes a possibilidade de serem postos em prática programas de interesse comunitário em matéria de vias de comunicação, como forma de captarem maior auxílio de fundos do Feder, para além daqueles que lhes são, normalmente, atribuídos.

No que respeita às ligações ferroviárias não só ao nível da Península como do resto da Europa, os respon-

sáveis espanhóis comprometeram-se em não alterar as bitolas dos caminhos-de-ferro em Espanha, sem prévio acordo com Lisboa. Por outro lado, esteve também em foco a necessidade de construção de novas pontes sobre os rios fronteiriços, ficando acordado que a edificação de uma ponte sobre o Rio Minho, na zona de Valença, será prioritária, enquanto a Espanha será receptiva às propostas portuguesas relativas à ponte sobre o Guadiana e a outra sobre o Minho, na zona de Monção.

No que respeita ao sector energético, Madrid comprometeu-se em aceitar a pretensão portuguesa de que a energia adquirida à França e depois importada por Portugal, deixará de ser considerada como uma revenda, pelo que o seu custo será diminuído. Paralelamente, foram estudadas ainda, numa forma preliminar, as hipóteses existentes de fornecimento de gás

natural através do gasoduto europeu.

Uma decisão ainda anunciada por Cavaco Silva foi a abertura de um banco espanhol em Portugal, bem como de uma instituição financeira portuguesa em Espanha. No âmbito económico foram, também, abordadas questões comuns aos dois países, como o problema inflacionista, particularmente quando Lisboa revela o maior crescimento económico, não só a nível da CEE mas também, na área da OCDE.

Em suma, facto que ficou bem evidente, e que tanto Cavaco Silva como Felipe González exprimiram em clara convergência, foi que a V Cimeira Luso-Espanhola demonstrou, claramente, um avanço ao nível da eficácia, do entendimento e definição de políticos de interesse comum, a nível bilateral e no âmbito da Comunidade Económica Europeia.

Cavaco Silva na recepção a Felipe Gonzalez**Responder ao desafio da Europa**

É para mim um grato prazer acolher, em Portugal, o presidente do Governo de Espanha. Atribuo um particular significado a esta ocasião, por ser a primeira vez que recebo o senhor Felipe González em visita oficial, e por coincidir com a realização de mais uma cimeira entre os chefes dos governos dos dois Estados peninsulares.

— O quadro das relações entre os nossos dois países identifica-se com a História dos nossos povos, que consolidou a identidade e o génio próprios de cada uma das duas nações. Coincidindo, agora, na participação simultânea em estruturas internacionais, com vertentes estratégicas, políticas, económicas e sociais, como são as comunidades europeias e a Aliança Atlântica.

Tivemos oportunidade, nas anteriores cimeiras de Guimarães e de Madrid, de clarificar o novo quadro do nosso relacionamento, imprimindo uma abordagem adequada ao moderno tempo europeu que passou a influenciar o ritmo da vida política, económica e mesmo cultural dos nossos países. Procurámos assim, portugueses e espanhóis, responder ao desafio da Europa, enfrentando, ao mesmo tempo, a exigência de novas fórmulas nas nos-



sas relações e o imperativo da modernização das nossas sociedades.

Na óptica dos interesses de cada um dos nossos países, e no respeito pela afirmação das respectivas identidades nacionais, foi necessário o reexame estratégico do nosso relacionamento. E creio que o novo clima que os dois governos quiseram e souberam criar se reflecte já numa alteração qualitativa e num espírito renovado das nossas relações, em sentido que considero ajustado à integração comum na Europa, à adesão de Espanha a estruturas de solidariedade Atlântica e à permanente afirmação de cada país em esferas próprias, projectando interesses políticos, económicos e culturais decorrentes de

passados em que, cada uma a seu modo, ambas as nações se orgulham de terem contribuído, decisivamente, para aproximar povos e continentes diferentes.

Ao receber há dias, em Lisboa, o presidente da Comissão das Comunidades Europeias, tive ocasião de sublinhar que a construção da Europa, em que estamos empenhados, não pode ser apenas económica, mas deverá ser, também, política, social, cultural e tecnológica.

— A nossa posição é semelhante, já que Espanha e Portugal partilham a mesma vontade e determinação em vencer os desafios de 1992, impondo o avanço paralelo das novas fronteiras do mercado interno e da coesão económica e social. Só assim po-

deremos progredir na realização da união europeia, reforçando a afirmação colectiva da Europa no Mundo e tornando bem visíveis para as opiniões públicas dos doze Estados-membros as perspectivas da Europa do futuro.

Estamos a realizar, em Portugal, um duplo esforço na adesão à Europa, ao procurar otimizar o aproveitamento dos períodos transitórios negociados para modernizar a Economia e, simultaneamente, ao preparar a sociedade portuguesa para a nova Europa de 1992. Importa conseguir uma adaptação harmoniosa da nossa Economia, respeitando um ritmo e um método que atendam aos nossos interesses próprios e, em particular, ao impacto das reformas estrutu-

rais que estamos a emprender e aos seus reflexos económicos, sociais e culturais.

Ao assumir dentro de menos de dois meses a Presidência das Comunidades Europeias, a Espanha irá marcar a execução das reformas comunitárias e a edificação das fronteiras de 1992, que, como tive já ocasião de dizer, não devem afastar mas antes aproximar a Europa do resto do Mundo. Estou convicto de que a Espanha conseguirá estabelecer consensos que permitam fazer avançar o ideal europeu pela convergência económica, social e política das sociedades dos Estados-membros e pela afirmação e defesa dos valores ocidentais que partilhamos no quadro da cooperação em matéria de políticas externas.

— Importa também saber aproveitar os anos que ainda nos separam da plena realização do Mercado Único para marcar com os novos impulsos e estender a novas áreas o nosso relacionamento bilateral. Temos que saber encontrar, com imaginação, expressões concretas de cooperação nas zonas fronteiriças, no domínio dos transportes e comunicações, da indústria e da energia. Importa saber ade-

quar a cooperação financeira ao crescimento sem entraves das nossas trocas comerciais, já que os nossos mercados nacionais são zonas de natural expansão para o comércio e para os investimentos dos dois países.

Tivemos já ocasião de falar, também, sobre diversas questões de política internacional, como a situação na África Austral e na América Latina. Também nestes domínios verificámos uma larga convergência de pontos de vista. Estou certo de que várias matérias que abordámos em profundidade irão merecer especial destaque na presidência espanhola no decurso do primeiro semestre, de 1989.

Irá prosseguir o esforço de clarificação em múltiplos domínios nas relações com os países do Leste. Por outro lado, todos aguardamos e favorecemos soluções de paz para a África Austral, que permitirão o termo de interferências externas, a estabilidade política e a reconstrução económica dos países da região, pondo fim ao sofrimento das populações. Os nossos Governos são, também, favoráveis ao incremento da cooperação com os países da América Latina, com quem partilhámos tantos valores comuns.

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 382 • 9 DE NOVEMBRO DE 1988

COORDENADOR

PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS

MANUEL DUARTE

PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 726

NESTA EDIÇÃO

- VIII CONGRESSO NACIONAL DA JSD
- SESSÃO DE ENCERRAMENTO
- CONVOCATÓRIAS



Sr. Presidente do Partido

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Sr. Presidente Honorário da Juventude Social Democrata

Quero antes de mais agradecer a presença de todos aqueles que quiseram aceitar o nosso convite para se juntarem a nós na festa de encerramento do VIII Congresso Nacional. Já muitos foram aqui referidos, mas não queria deixar de, em nome da Comissão Política Nacional, agradecer sem excepção a presença de todos os dirigentes nacionais do Partido aqui presentes, os membros do Governo e os Governadores Civis, os membros do Corpo Diplomático e permitam que nesta parte faça uma particular referência aos nossos companheiros de Organização de Juventude dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que quiseram estar entre nós.

Este Congresso Nacional aprovou entre outras deliberações, a orientação de que vamos estreitar os esforços de cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, reencontrado o momento em que o exercício da soberania de cada povo foi possível, cabe aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito da sua liberdade e da sua soberania, conseguirem trilhar caminhos de desenvolvimento, de progresso e de justiça social. Nesse particular, os portugueses podem dar algum apoio e entendemos que se em relação a gerações passadas, feridas do passado da colonização podem criar alguns atritos e ainda fazer substituir algumas feridas, cabe

aos jovens portugueses, aos jovens angolanos, aos jovens moçambicanos, aos jovens de S. Tomé, de Cabo Verde e da Guiné Bissau estreitar as mãos para um futuro de compreensão entre os povos, particularmente entre os povos que falam a mesma língua. Queria agora,

Sr. Presidente

Srs. Congressistas,

Pedir desculpa por dois minutos para saudar, uma pessoa que tem grandes responsabilidades ao nível da Europa e que decidiu faltar a uma reunião importante do órgão de que é Secretário-Geral Adjunto, para estar entre nós — Philippe Rénard.

Quero agradecer a presença de todos os parceiros sociais que quiseram estar connosco nesta sessão de encerramento porque, para a Juventude Social Demo-



O PARTIDO NÃO ESTÁ A ACOMPANHAR A PEDALADA DO GOVERNO. ESTÁ MAIS QUIETO, MAIS MORNO, MAIS ADORMECIDO

crata, não há desenvolvimento sem paz social. Ela deve-se concretizar no plano da Concertação Social. O diálogo, na sociedade portuguesa, é um valor, fundamental que, desde sempre afirmámos mas que com este governo e particularmente com os dois últimos Governos do PSD soubemos fazer evoluir de forma substancial. Finalmente, gostaria de agradecer às outras organizações de juventude portuguesas que decidiram aceitar o

nosso convite para estarem entre nós.

O «Grito de Geração», que é o título da moção que ganhou a estratégia da JSD para os próximos dois anos, é um grito que a JSD não tem a velocidade de dar sózinha. É um grito para o qual estamos convencidos que podemos contar com o apoio de todos aqueles que connosco concordarem que os jovens portugueses têm, problemas comuns e que muitas vezes no terreno da sociedade é necessário estreitarmos os nossos esforços para conseguirmos vencer os nossos desafios. Se todos aqueles que considerarem que um grito de geração é a afirmação de uma geração portuguesa que anseia por um Portugal diferente, um Portugal mais

moderno, um Portugal mais europeu mas também mais justo, um Portugal em que os jovens portugueses possam construir a sua felicidade e em que o futuro não seja só um termo, um nome, uma designação, mas seja a construção real da projecção do nosso ideal, da projecção das nossas esperanças, da projecção das nossas convicções. Foi por isso também que o Congresso elegeu como um dos seus quatro objectivos fundamentais

para quatro anos, protagonizar o espaço, porém, desafiando os indiferentes porque há uma responsabilidade que cabe à JSD, naturalmente como a maior organização de juventude portuguesa mas que cabe a todas as organizações de juventude em Portugal.

É de aumentar os índices de participação dos jovens no Movimento Associativo Juvenil. É de aumentar os índices de participação dos jovens na vida social e colectiva. De acordo com as sondagens recentes, menos de 18% dos jovens se reconheciam organizadamente em qualquer movimento juvenil. E nós bem sabemos as dificuldades que todas as organizações de juventude, embora mais umas que outras, têm em recrutar jovens valores, em apostar em novos quadros, em trazer para a intervenção social e colectiva a maior parte das gerações.

Aumentar os índices de participação dos jovens portugueses no fenómeno social e colectivo, na vida comunitária, é uma exigência para a qual estamos dispostos a estreitar esforços com outras organizações. Não pressupomos da posição arrogante de querermos fazer tudo sózinhos ou de querermos ser sempre os primeiros ou sermos os melhores. Temos consciência das responsabilidades que nos cabem pela dimensão e pela importância da JSD, mas é fraternamente que damos os braços às outras organizações de juventude que connosco quiserem fazer esta luta e também dizemos, e dizemos politicamente neste Congresso, e

afirmamos nesta sessão de encerramento que para a JSD não há problemas em afirmar que preferimos que um jovem milite nas fileiras da Juventude Socialista ou de outra organização de juventude que nos combata, a que fique em casa, indiferente, irresponsavelmente quieto e quedo sem participar na construção do seu próprio futuro.

Preferimos que os jovens participem, ainda que não seja connosco, a que não participem com ninguém e para isso estamos na disposição de encontrar mecanismos concretos que possam permitir dar expressão a este esforço de gerposio. Desde já o Congresso aprovou a criação de uma sistema que permitirá aproximar os jovens eleitos na Assembleia da República dos jovens eleitores de Por-

tugal e que o vamos fazer em cooperação honesta e franca com a principal organização de juventude, depois da JSD, a Juventude Socialista. É a primeira vez, em Portugal, que no quadro parlamentar esta coisa singular sucede. O partido do Governo e o primeiro partido da Oposição unem-se num esforço conjunto para receberem a opinião dos jovens eleitores, para darem resposta. Naturalmente, respostas diferentes que uns e outros darão mas não há problemas em darmos os braços neste esforço que é um esforço também democrático porque faz pedagogia democrática que é explicarmos aos jovens eleitores, de Portugal que se dão o seu voto às listas, e particularmente às listas do PSD que

(Continua na página 8)

MILITANTES HONORÁRIOS

Na anterior edição, a relação dos militantes honorários, eleitos por aclamação no VIII Congresso não saiu completa.

Pedindo desculpas aos militantes em causa e aos leitores, completamo-la hoje:

Adérito Campos, Agostinho Branquinho, António Rodrigues, João Carlos Cunha e Silva, Joaquim Vianês, José Almeida Cesário, José Nuno Meireles (a título póstumo), Manuel Fernando Ramos, Marciano Lopes, Paulo Pereira Coelho e Rui Rio.



destaque

(Continuação da página 9)

eleger 19 deputados da JSD na Assembleia da República, devem poder ter acesso a esses deputados, exprimir as suas inquietudes, dizer aquilo que os preocupa e fazer com que a voz dos jovens eleitos na Assembleia da República seja da forma mais límpida e transparente a expressão mais real dos anseios de todos os jovens portugueses.

**Snr. Presidente
Snrs. Congressistas**

Outro desafio que a JSD aprovou neste Congresso tem a ver com a integração europeia. Entendemos que Portugal se deve aproximar da Europa. Há com certeza objectivos ao nível do nível de vida, da qualidade de vida, do modelo de sociedade que nos deve fazer aproximar da Europa. Portugal está a entrar na Comunidade Europeia, está a terminar o período em que temos de demonstrar aquilo de que somos capazes, aquilo que os portugueses valem. Mas o contrário também é inverso; não se trata só de aproximar Portugal da Europa, trata-se também de aproximar a Europa de Portugal. Para a maior parte dos jovens portugueses a Europa não é cá, a Europa começa na fronteira, a Europa é o estrangeiro, a Europa é de lá fora. É para esses jovens que temos de explicar que a

Europa é já cá dentro e é cá dentro que temos de mostrar que somos europeus, mas não queremos com isto de sermos europeus diluir a nossa identidade nacional e há com certeza, também no plano



**REVITALIZAR O PSD É
RECORDAR QUE ELE
NÃO SE ESGOTA NO GO-
VERNO**

da Europa, que afirmarmos o valor da nossa cultura, que afirmarmos o valor da nossa identidade, que afirmarmos o peso da nossa História e o peso da nossa Língua, até porque ele como mecanismo de entendimento entre os povos deve constituir também para a Europa, de que agora fazemos parte, um poderoso instrumento estratégico na aproximação entre os povos africanos e os povos europeus. Também aqui, a JSD, durante estes dois anos desenvolverá um conjunto de acções previstas na moção de estratégia que visam afirmar Portugal, a aproximar a Europa.

**Outro desafio,
Snr. Presidente
Snrs. Congressistas,**

Foi lutar contra o centralismo, vencer no Poder Local.

A JSD vai vencer as próximas eleições locais em Portugal e vai vencê-las na tripla dimensão deste objectivo: primeiro, ajudar a consolidar o Partido So-

cial Democrata como o partido liderante nas autarquias locais. Ainda o PSD não era o primeiro partido português e ainda não era partido do Governo e já a força dos nossos autarcas e das estruturas locais e distritais do PSD fazia com que o PSD fosse o primeiro partido das autarquias locais portuguesas.

Em segundo lugar, para a JSD vencer as eleições locais, significa criar uma nova geração no Poder Local. Todos defendemos que é necessário fazer passar, fazer transitar o espírito e a prática da autarquia e da infraestrutura para a autarquia, desenvolvimento. Essa transição, é uma transição que precisa de sangue novo, gente nova, gente com coragem e com novas ideias. As novas eleições autárquicas, de 1989 vão ser uma oportunidade para a JSD apostar em quadros novos, capazes de darem corpo a este desafio e também porque na estrutura do Estado a JSD nunca deixou de afirmar o valor da regionalização administrativa do continente como uma das peças fundamentais da estratégia que temos para Portugal, criar um Poder Local forte, coeso, capaz, inteligente, capaz de entender os fenómenos endógenos, projectar o desenvolvimento regional. É um Poder Local que alicerce, contagiante da necessidade de através do intermunicipalismo, crescente fundar a base da regionalização do continente.

**A JSD demonstrou
estar viva, com a força
e consciente**

**Snr. Presidente
Snrs. Congressistas**

Sabemos bem que em Portugal temos ainda um Estado centralista, que um Estado centralista, muita vez, dá sempre origem a um Estado burocrático e que na maior parte das vezes um Estado burocrático dá cesso e permite fenómenos de menor transparência no exercício do poder, a que vulgarmente damos o nome de corrupção.

O Partido Social Demo-

crata tem dentro de si a capacidade para recusar qualquer tipo de exercício do poder que se aproxime destes fenómenos que recusamos. A JSD, desde sempre, teve um discurso ético e deontológico que obrigou a enfrentar de frente, passe o pleonismo, estes problemas. Não admitimos que haja quem diga que não existe corrupção em Portugal. Todos sabemos que há e a todos os níveis da administração. Mas uma vez afirmamos no Congresso e está na moção de estratégia que o VIII Congresso Nacional aprovou, é que a JSD defende que se incentive e que se relance um combate sério e determinado a todas as formas de corrupção no Estado português.

O último desafio que o Congresso eleger foi apostar na inovação, lutar pelo desenvolvimento. Uma organização de juventude com a responsabilidade da JSD não se pode demitir de fazer o seu entendimento da História portuguesa, o seu entendimento da capacidade dos portugueses desenvolverem aqui o seu entendimento de quais são as melhores chefias, as melhores metas e os melhores caminhos para trilhar esse desafio. Por isso, a JSD, vai rever o seu projecto político para a juventude portuguesa, realizado em 1982, e que tem sido até agora o quadro referencial da JSD para o modelo de desenvolvimento. Em 82, nós estávamos em plena Aliança

vimento de Portugal será acompanhado da criação na JSD de uma estrutura de quadros que permita em cada caso, avaliar das políticas de todos os Órgãos de Soberania, que garanta à JSD, em cada momento, a capacidade de avaliar com vigor técnico o que se está a fazer e o que se não está a fazer, que garanta à JSD, que em colaboração com o partido, seja capaz em cada momento e em relação a cada política e a cada sector, apresentar alternativas quando discordar daqueles que estão a ser adoptadas ou sugerir novas soluções para os problemas que todos diagnosticamos. Esta nova estrutura da JSD vai cobrir todas as áreas de governação e vai ser um peso importante numa JSD que já não é só uma organização de massas, nem é só uma organização de elites, não é só uma organização de quadros, nem é só uma organização de pessoas que trabalham no mundo estudantil, no mundo do Poder Local e no mundo laboral. É uma organização que tem um peso político na sociedade portuguesa, que é capaz de dar respostas globais aos problemas que temos pela frente e que não se demite da responsabilidade de em nome da geração que representamos dar resposta a todas as matérias que tem a ver com o nosso presente e também com o nosso futuro.

Nesta matéria,

Snr. Presidente do Partido,

Este Congresso aprovou textos sobre política de ju-



**VENCER AS PRÓXIMAS
ELEIÇÕES LOCAIS, PA-
RA A JSD, É TAMBÉM REAFIR-
MAR O PESO E O VALOR ES-
TRATÉGICO DA REGIONALIZA-
ÇÃO ADMINISTRATIVA DO
CONTINENTE**

Democrática. Em 82, não éramos membros da Comunidade Europeia. Em 82, não éramos da Comunidade Europeia. Em 82, estávamos numa crise social, política e económica. Em 1988, nada disto se passa. Não estamos na AD, estamos com um Governo de maioria absoluta do PSD. Não estamos fora da Europa. Estamos dentro dela e prestes a terminar o período de integração na Comunidade Europeia. E graças a Deus e também ao talento do Prof. Cavaco Silva, já não estamos num ambiente de crise, nem política, nem económica, nem social em Portugal.

A aprovação do modelo de desenvolvimento por parte da JSD do novo quadro referencial de desenvol-

ventude, sobre política educativa, sobre política de emprego e formação profissional, sobre ambiente, habitação e muitas outras áreas. Posições que já tivemos a oportunidade de lhe entregar no início desta sessão de encerramento. Não queria, no entanto, em relação a estas três matérias, deixar de lhe fazer três referências ligeiras. A primeira, em relação à política de juventude. É com simpatia que a JSD tem assistido, à actividade do Governo em relação à juventude. Até porque com ela temos cooperado nos mecanismos institucionais em que participamos, desde logo, no Conselho Nacional de Juventude, na Assembleia da República e no Conselho Consultivo. Mas, importa

recordar que a JSD, neste Congresso, não deixa de salientar que a principal razão que levou a aplaudir a decisão do nosso Primeiro-Ministro de criar a Secretaria de Estado da Juventude e agora de levar o Secretário de Estado da Juventude a Ministro Adjunto e da Juventude, é exactamente a circunstância de para nós o jovem não ser um problema sectorial. O jovem português não se desdobra em educação, em emprego, em delinquência juvenil, em ocupação de tempos livres, em serviço militar obrigatório e por aí fora. O jovem português é um ser; todo ele tem de ser aí fora. O jovem português é um ser; todo ele tem de ser entendido como problema global e naturalmente ao nível do Governo é uma situação social que carece de uma política global integrada como vimos defendendo desde 1982.

Na nossa opinião, na opinião do VIII Congresso é necessário reforçar esta ideia e esta prática — a de que a política de juventude tem de ser global e integrada e que os poderes de coordenação atribuídos ao Min. Adj. e da Juventude tem de traduzir essa realidade, sob pena de perante a opinião pública os jovens e todos nós se confundir um conjunto de políticas sectoriais com a necessária política global e integrada para a juventude.

Em relação à política educativa, o Congresso aprovou também muitas soluções que se resumem ao fim e ao cabo a isto — é que desde 1974, ao contrário das outras organizações de juventude, a JSD vem lutando nas escolas pela reforma democrática do ensino. É uma posição que não vem do antepassado, que não vem de há 2 anos, que não vem desde, há 3 anos, vem desde que a democracia existe em Portugal e é por isso, com muita simpatia, que assistimos aos esforços do Min. Roberto Carneiro de enfrentar este problema e de que em diálogo com todas as forças sociais, que tem importância no sector educativo, deveríamos desenvolver esta política que necessita de coragem. É uma política que terá o apoio crítico da JSD. O Ministro Roberto Carneiro tem a nossa simpatia, mas sabe que tem um estilo que a JSD sempre habituou a classe política em Portugal, a nossa simpatia exigente.

Isso significará que sempre que discordamos de si estaremos contra si mas teremos a dignidade de o confrontarmos com as propostas alternativas que por sua vez aceitará ou não aceitará.

E quero-lhe dizer ainda,

(Continua na página 9)



**JSD
na
Imprensa**

«Carlos Coelho será reeleito Presidente da Comissão Política»

Título de «o Dia» — 28.10.88

«JSD — Coelho já ganhou: oposição com os olhos em Barcelona/92»

Título do «Semanário» — 29.10.88

«Este congresso vai ser decisivo como um «congresso da transição», já que é o último em que pode participar Carlos Coelho»

Moreira da Silva ao «Espresso» — 29.10.88

«JSD reeleger Carlos Coelho»

Título do «Comércio do Porto» — 30.10.88

«Cavaco melhora relações entre o PSD e a JSD»

Título do «Primeiro de Janeiro» — 30.10.88

«Oposição a Carlos Coelho à espera de Congresso futuro»

Título do «Jornal de Notícias» — 30.10.88

«Cavaco confia no acordo de revisão e adverte contra acomodação no PSD»

Título do «Diário de Notícias» — 31.10.88

«Carlos Coelho reforça liderança na JSD»

***Título de «A Capital» — 31.10.88**

«Congresso da JSD termina em ambiente de grande consenso»

Título do «Diário de Lisboa» — 31.10.88

«Carlos Coelho sem oposição na JSD»

Título do «Diário Popular» — 31.10.88

«Coelho com maioria absoluta»

Título de «O Século» — 31.10.88

«PSD deve muito à JSD»

Título do «Primeiro de Janeiro» — 31.10.88

«1992: Cavaco apela à mobilização da JSD»

Título de «O Comércio do Porto» — 31.10.88

«Congresso da JSD desvendou a novíssima geração»

Título de «O Comércio do Porto» — 1.11.88

destaque

(Continuação da página 8)

Min. Roberto Carneiro, que sempre que concordamos consigo estaremos consigo em todas as circunstâncias, em todos os momentos, mesmo que isso signifique a tomada de decisões socialmente delicadas ou menos populares. A JSD não se escusa às suas responsabilidades e será solidária com quem connosco é solidário.

Na política de emprego e formação profissional vá-

rios avisos há a fazer. É necessário combater mais eficazmente o desemprego juvenil, é necessário criar empregos e é necessário reconduzir o programa de ocupação temporária de jovens à sua filosofia original. A JSD concordou e aplaudiu a decisão do Governo quando criou o programa OTJ, como um programa em que os jovens portugueses tinham uma experiência profissional, para reagir aquela crítica sempre feita pelos empresários que di-

ziam que a escola estava divorciada da vida activa e que o jovem sem experiência profissional não seria seguramente o melhor trabalhador a ser contratado. O OTJ com programas de experiência profissional deve continuar e deve ser incrementado, mas não é só isso que está a acontecer, está a haver tal como paralelamente a JSD não deixou de condenar os fenómenos inqualificáveis de exploração de mão-de-obra infantil em muitos locais de

Portugal e particularmente no Norte. Não podemos também deixar de denunciar a exploração da mão-de-obra juvenil como postos de trabalho disfarçados em postos OTJ, não só em empresas privadas mas também em empresas do Estado português e serviços da Administração Central.

Snr. Presidente
Srs. Congressistas,

Muito mais haveria a dizer mas é altura de terminar para dizer que no VIII Congresso Nacional da

JSD, a JSD demonstrou que está viva e com força consciente da responsabilidade que temos em relação à nossa geração, consciente da responsabilidade que temos em relação às áreas em que intervimos, e são várias, consciente da responsabilidade que temos em relação ao nosso partido. Neste Congresso, Snr. Presidente do Partido, a JSD reafirma que quer continuar a ser a consciência crítica do PSD e isso significa que nos vamos empenhar todos numa situação que diagnosticámos neste Congresso — é que o Partido não está a acompanhar a pedalada do Governo; o Partido está mais quieto, está mais morno, está mais adormecido. O Partido não se pode esgotar no Governo, nem se pode limitar a funcionar em função dele. Se o Governo está a funcionar bem, os portugueses, tanto quanto o entendemos, o partido necessita de ser revitalizado. A JSD está disposta a dar a sua colaboração nesta área porque os jovens sociais democratas engrossam as fileiras do PSD.

Revitalizar o PSD é recordar que ele não se esgota no Governo e que as suas responsabilidades de partido líder da sociedade portuguesa eram bem marcadas, antes do PSD ser Governo. Já na altura, o PSD era como referi, o primeiro partido nas autarquias locais, era o primeiro partido nas Regiões Autónomas e era o primeiro partido da Juventude. O PSD precisa de levar uma sacudida, precisa de levar um abanão e a JSD está à vontade para o dizer e para o fazer e está, Snr. Prof. Cavaco Silva, tanto mais à vontade quando este Congresso por expressiva unanimidade reafirmou a solidariedade de todos nós ao Presidente do PSD e ao Prof. Cavaco Silva.

Snr. Presidente
Srs. Congressistas

Para terminar, queria comunicar duas coisas ao Congresso.

A primeira, é que a JSD é uma organização que cresce, em todos os sítios, em todos os locais onde intervimos, em todas as nossas Sedes nacionais, distritais e concelhias.

Mas é sempre com muito prazer que vemos vir até nós pessoas de muito valor e que respeitamos. É com muito prazer que nós vemos engrossar as fileiras da Juventude Social Democrata com pessoas que merecem todo o nosso respeito e que desde há muito tempo nos vem ajudando. Queria aqui dar um agradecimento e fazer um desafio. Um agradecimento porque é uma pessoa que há muito tempo trabalha connosco, mas que sempre preferiu o estatuto de independente e que quase com a idade de sair da JSD decide ter o gesto simbólico de aderir à JSD, como forma de reconhecer a valia, a credibilidade e a autoridade política da maior organização de juventude portuguesa.

Eu quero agradecer a adesão, celebrada ontem, à JSD do Filipe Fraústo da Silva, que está entre nós.

E queria fazer um desafio e um convite a uma pessoa que para nós diz muito. Foi uma pessoa que foi nossa companheira e saíu da JSD mas que nunca deixou os Estudantes Sociais Democratas no sítio onde intervém. É uma independente agora. Uma independente que no entanto permitiu uma grande vitória aos estudantes sociais democratas. Essa pessoa, julgo que o VIII Congresso Nacional quer desafiar e convidar a regressar à família social democrata de onde ela um dia saiu mas que agora deve voltar. Em nome, julgo de todos nós, do VIII Congresso Nacional, convido a regressar à JSD, Ana Paula Barros — Presidente da Associação Académica de Coimbra.

Srs. Presidente
Srs. Congressistas,

A JSD sai deste VIII Congresso de cara levantada para mais dois anos. Dois anos em que estamos mais unidos e mais fortes. Dois anos em que vamos intervir em mais áreas. Dois anos em que vamos formar mais jovens. Dois anos em que vamos reafirmar o papel liderante da JSD na sociedade portuguesa. Dois anos em que a JSD não se demite, no plano das suas responsabilidades e no âmbito da sua autonomia, de dar o nosso grito de geração.

A JSD DESEMPENHA UM PAPEL DE FORÇA MOBILIZADORA

• **Afirmou o líder do PSD no discurso de encerramento do VIII Congresso, que transcrevemos na íntegra**

Snr. Presidente da Mesa do Congresso

Snr. Presidente da Comissão Política da JSD

Caros Jovens Sociais Democratas

Meus Senhores e Minhas Senhoras

Quero começar por saudar vivamente os congressistas e participantes neste Congresso. Saudar no fundo todos os jovens portugueses que fazem parte das estruturas da JSD — a organização com maior implantação no mundo juvenil, nas escolas, nas universidades — agora, estou certo que também no futuro a melhor, a maior, a grande organização da juventude portuguesa.

Se somos hoje o maior partido português, com grandes responsabilidades ao nível do Governo Central, com disponibilidades ao nível dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, com responsabilidades na maior parte das Câmaras Municipais do país.

Se somos tudo isso, muito se deve ao trabalho, realizado ao longo dos anos pela JSD, na difusão do ideário, social democrata, na mobilização dos jovens portugueses.

Podendo hoje o nosso partido afirmar com a vontade que o maior dos partidos portugueses, em termos de adesão da juventude, é o PSD. Mas se foi assim no passado, impõe-se que, no futuro, a JSD continue a desempenhar esse papel.

É preciso que no futuro a JSD seja também, como no passado, a grande força mobilizadora dos jovens portugueses.

Para isso, a JSD terá que realizar as adaptações necessárias aos novos tempos e aos novos desafios que a sociedade portuguesa enfrenta. Os

temas à volta dos quais no passado se realizou a mobilização da juventude estão hoje quase todos ultrapassados ou são temas menores. Hoje vivemos um tempo de estabilidade política, sem guerrilhas entre Órgãos de Soberania, um tempo de expansão económica, um tempo de confiança.

O país é hoje um membro da Comunidade Económica Europeia respeitado e admirado por aquilo por aquilo que está a conseguir. Vivemos hoje um tempo de mudanças tecnológicas vertiginosas.

O governo do PSD, está à beira de conseguir um resultado único na nossa História recente. Provar que é possível ter em Portugal quatro anos consecutivos de expansão económica e de melhoria do poder de compra da população. É isso que será o ano de 1989

que Portugal consiga vencer os dois grandes desafios que estão à sua frente: o primeiro, a adaptação ao ritmo da integração plena na Europa Comunitária; segundo, a adaptação ao ritmo mais avançado da nova Europa em construção. Esta nova Europa em construção, aquela nova Europa que convencionalmente chamamos a Europa de 1992, é um espaço único e integrado onde é livre a circulação das mercadorias, dos serviços, dos capitais e das pessoas — uma Europa de encontro mais fácil e mais intenso entre os jovens dos diferentes Estados. É uma Europa mais eficiente na utilização dos recursos, mais avançada tecnologicamente, mais competitiva onde imperam as regras do mercado mas, ao mesmo tempo uma Europa em que é maior a consciência pela defesa da qualidade de vida,



O GRANDE DESAFIO PARA OS JOVENS É A EUROPA DE 1992 — O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DA EUROPA DO TERCEIRO MILÉNIO

— o quarto ano de governação social democrata. A grande tarefa para que os jovens portugueses devem ser mobilizados é a da preparação do País para a construção da Europa nova — a Europa de 1992, o desafio da construção da Europa do terceiro milénio. Este é um tema que diz directamente respeito aos jovens. É o tempo e o espaço que lhes pertence quase em exclusivo. É crucial para os jovens portu-

pela protecção do meio ambiente, pela defesa, dos recursos naturais, pela protecção do consumidor. É uma Europa com maiores oportunidades de investimento, maiores oportunidades de emprego e de bem estar, mas ao mesmo tempo, uma Europa mais coesa social e economicamente, onde estão mais atenuadas as divergências de desenvolvimento entre os diferentes Estados e as diferentes regiões. É uma Europa

onde circula com grande facilidade a informação, o saber e as experiências. É uma Europa em que o encontro de culturas é muito mais intenso. É uma Europa onde nenhum Estado consegue actuar isoladamente, em resultado das grandes interdependências entre as economias e as sociedades, e, em consequência, é uma Europa em que as políticas económicas e financeiras têm que ser muito mais coordenadas.

Esta nova Europa em construção é hoje uma realidade irreversível. Não existe nenhum Estado que só por si consiga travar a construção da Europa de 1992. E Portugal não pode ficar para trás. Portugal, tem desde já que preparar-se devidamente para ser parte inteira dessa Europa em construção.

Para ocupar uma posição digna tem de criar, e desde já, as condições para que os portugueses, em igualdade de circunstâncias com os outros cidadãos da Europa, revelem as suas capacidades. Criar as condições para que os portugueses tenham níveis de bem estar, não muito longe afastados dos outros cidadãos da Europa.

(Continua na página 10)

Rectificação:

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Devido a uma falha técnica, a que a direcção do «J.R.» é alheia, na constituição dos novos órgãos nacionais não foi publicado, na anterior edição, o nome do Vogal da CPN — Jorge Paulo.

CONSELHO NACIONAL

Pelo mesmo motivo, não saiu no décimo primeiro lugar, o nome do Conselheiro — Nuno Almeida Santos.

Pedindo as mais sinceras desculpas, aqui fica a devida rectificação.



(Continuação da página 9)

científica e tecnológica. Nós temos que reforçar a livre iniciativa dos indivíduos, tempos que promover um espírito empresarial moderno, nós temos que afirmar uma sociedade civil sem paternalismos do Estado, nós temos que flexibilizar o funcionamento dos diferentes mercados, nós temos que combater a burocracia e os entraves administrativos, nós temos que promover uma fácil mobilidade dos recursos portugueses, nós temos que ser capazes de reduzir o peso do Estado na sociedade portuguesa em todos os sectores, não apenas no económico mas também no social e no cultural. Não queremos um Estado gigantesco, paternalista, tentacular. Não queremos um Estado que se receie a livre iniciativa dos indivíduos e dificulte o nosso processo de desenvolvimento.

A grande exigência que os jovens devem colocar ao Estado para conseguirmos vencer o desafio de 1992 é que ele se retire dos sítios onde não faz falta, que crie um campo mais amplo à livre iniciativa dos indivíduos, que confine a sua actividade aos domínios do serviço público.

Nós, hoje, temos igualmente que defender políticas que até há alguns anos atrás eram como que secundarizadas. Mas, eu refiro-me à necessidade de em todas as políticas sectoriais que apresentem necessidade de, proteger o meio ambiente, de defender o ordenamento do nosso território, de preservar os recursos naturais. Mas, temos igualmente, e com a força que nos pode dar a juventude, que exigir que a sociedade portuguesa não seja uma sociedade de impunidade mas sim uma sociedade de responsabilidade a todos os níveis: ao nível das empresas, ao nível das escolas, ao nível da administração pública. Muito já foi feito, em todos estes domínios, nos últimos três anos mas muito está ainda por fazer. Muitos obstáculos conseguimos vencer nos últimos três anos mas muitos outros espreitam, o nosso caminho.

Os jovens têm de desempenhar um papel determinante na preparação do nosso País para o desafio da Europa do terceiro milénio. Contamos, com eles, para assumir o processo de modernização que iniciámos. Contamos com eles para protagonizar as mudanças indispensáveis à modernidade do nosso país.

Com efeito, quem melhor do que os jovens, com o inconformismo que os caracteriza para aceitar os grandes desafios. Quem melhor que os jovens com a energia e pujança que lhe são próprias para dinamizar as alterações que se impõem. Quem melhor do que os jovens sem os vícios dos hábitos instalados para conseguir com energia, com

entusiasmo e com alegria e construção de uma sociedade nova. Quem melhor do que afirmar os objectivos da justiça social, da solidariedade social e da igualdade de oportunidades.

Os jovens, são para nós um alerta permanente para que o Governo mantenha sempre na linha da frente das suas preocupações o objectivo da justiça social. Não pode deixar de ser assim.

Numa sociedade como a nossa em que as carências ainda são tão grandes, os jovens tem que ser, serão com certeza num Governo social democrata, os agentes privilegiados da modernidade para Portugal.

Como primeiros interessados em fazer de Portugal um espaço à altura da nova Europa em construção, os jovens devem estar alerta e preparados para intervir em relação a todos aqueles que tentam fazer reviver a estatização em Portugal, que querem tem um Estado-desperdício que faz muitas despesas sem que daí resultem benefícios sociais para toda a população.



NÃO PODEMOS DEIXAR QUE A SITUAÇÃO QUE SE VIVE NOUTROS PARTIDOS CONDUZA NO PSD A QUALQUER DESCANSO OU ACOMODAÇÃO.

Os jovens devem estar preparados para intervir em relação aos corporativismos de interesse que querem, colocar os interesses particulares, de grupo, acima dos interesses nacionais. Os jovens devem estar alerta e preparados para intervir em relação a todos aqueles que querem manter no nosso País uma sociedade de rigidez, uma economia com dificuldade de adaptação aos desafios da mudança, às mudanças tecnológicas nos métodos de gestão e nas condições concorrenciais.

Para vencer este desafio que está à nossa frente, aquele desafio que eu chamo, a Europa Nova, é necessário atribuir uma grande prioridade; eu diria, a primeira prioridade nacional à Educação. É isso que o Governo tem vindo a fazer: lançou um amplo programa de combate ao insucesso escolar. Consideramos como um grande objectivo para 92 a generalização do acesso à Educação a todos os níveis, de forma a aproximarmos-nos das médias comunitárias. Lançamos, talvez, a maior reforma que um país se defronta neste século — a grande Reforma do Sistema Educativo.

Atribuímos uma grande im-

portância ao Ensino Politécnico e, o último Conselho de Ministros, numa conjugação de esforços do Ministério da Educação e do Ministério do Emprego e da Segurança Social, criou as Escolas Profissionais que vão criar condições melhores para a instrução dos jovens na vida activa. Mas, o papel decisivo que atribuímos à juventude, tem também uma tradução clara na nossa política de juventude. O Governo do PSD, o X Governo, criou uma Secretaria de Estado da Juventude, colocando o seu responsável na dependência directa do Primeiro-Ministro. No XI Governo, a função de acompanhar todos os problemas que interessam à juventude, passou para o Ministro Adjunto e da Juventude — um membro do Governo com assento no próprio Conselho de Ministros.

A nossa política de juventude não é uma política sectorial, é uma política horizontal, integrada e coordenada, considerando as suas diferentes vertentes. A ocupação dos tempos livres, com certeza, a formação profissional, a educação, o emprego, a ciência e a tecnologia, as oportunidades

mentar no nosso País um sistema fiscal moderno que abre à iniciativa privada novos campos de actuação, uma nova legislação laboral e também a destituição da Comunicação Social. A aprovação destas medidas estruturais foi uma grande vitória para o Partido Social Democrata, mas, acima de tudo, foi uma grande vitória para o País. Através da sua aprovação, o PSD afirmou-se definitivamente como o líder da mudança. A mudança tem que ser conduzida por nós. A mudança não nos pode ser imposta do exterior. Seremos nós, o PSD, com a sua juventude a determinar o ritmo e o método da mudança. Serão os portugueses a conduzir o destino do País.

Mas, caros amigos, é grande a responsabilidade que repousa sobre os ombros do nosso partido. Não apenas porque o povo português nos deu um mandato inequívoco nas eleições de 19 de Julho de 1987, mas também em resultado da situação que vivem as outras forças políticas de Portugal. Não podemos deixar que a situação em que vivem essas forças políticas, conduza no PSD, a qualquer descansaço ou a qualquer acomodação; antes pelo contrário, tem que ser um estímulo e um estímulo forte para fazermos cada vez mais e cada vez melhor.

Temos que continuar a mostrar que somos diferentes pela nossa unidade, pela nossa coesão, pela nossa disciplina. Temos que continuar a mostrar que somos credores, que mereceremos a confiança que os portugueses em nós depositaram. Temos que continuar a mostrar que somos a força política que justifica credibilidade em Portugal.

Nós temos que actuar de uma forma verdadeiramente nacional, acima de interesses particulares, de interesses de grupo, de interesses de sectores, acima de todo e qualquer clientelismo, acima dos interesses do nosso próprio Partido. Apenas e só nós podemos nos deixar guiar por aquilo que em consciência consideramos serem os grandes interesses nacionais. É grande, repito, a nossa responsabilidade e é muito fácil tomarmos consciência do peso que sobre nós repousa, se olharmos à nossa volta. Quem, além de nós, pode levar por diante o processo de modernização e de desenvolvimento no nosso País? Quem, além de nós, pergunto, quem, além de nós, pode concretizar com êxito esse grande desafio que é a integração plena de Portugal na Europa Comunitária? Por aquilo que conseguimos, nos três anos de governação Social-Democrata, eu tenho a certeza que nós vamos vencer e eu confio que o PSD saberá ocupar sempre a linha de frente, na mobilização da sociedade portuguesa para esse objectivo estratégico, que é a Europa de 1992, porque dessa forma a JSD está a determinar o futuro dos jovens portugueses para quem todos nós queremos um futuro de mais justiça, de mais prosperidade, de mais felicidade e de mais solidariedade.

Viva o JSD!

CONVOCATÓRIAS

ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o plenário de secção da JSD de Abrantes para reunir ordinariamente no dia 19 de Novembro pelas 16 h. na Sede do PSD de Abrantes.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Associativismo Estudantil
2. VIII Congresso Nacional da JSD
3. Análise da situação

A Presidente
Anabela Matias

ALGUEIRÃO — MEM-MARTINS

Ao abrigo dos estatutos e na sequência da dissolução da Secção, venho por este meio convocar os militantes da Secção de Algueirão — Mem-Martins da JSD para um plenário a realizar no próximo dia 17 de Novembro de 1988 às 21.30 h., na Sede (R. do Moínho, 22, Algueirão) com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Eleição da Mesa do Plenário
3. Eleição da Comissão Política e delegados ao Conselho Distrital
4. Análise da situação política local e nacional

NOTA — As listas candidatas aos órgãos referidos devem ser entregues até 48 horas antes do início do plenário da Mesa do Plenário.

O Presidente da Mesa do Plenário

José Luís Cunha

ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, convoco o Plenário de Secção para a eleição dos órgãos concelhios para o dia 26 de Novembro de 1988, com início às 21 horas, na Sede Concelhia, com seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Votação das listas admitidas a sufrágio
 - a) Mesa do plenário de Secção
 - b) Comissão Política de Secção
 - c) Delegados ao Conselho Distrital da JSD
2. Análise da situação política

NOTA — As listas devem ser apresentadas até 48 horas antes do acto eleitoral

O Presidente da Mesa

José Parente

CESDL

Convoco os plenários de NESD das seguintes Escolas Secundárias:

- Benfica — dia 18/11 às 18 h.
- Pontinha — dia 23/11 às 15.30 h.

Com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Eleição da direcção do N. E. S. D.
3. Eleição dos dois delegados à C. E. S. D. L.

P'la CESDL

Luís Palmeiro

FÂNZERES

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoco todos os militantes do Núcleo local, para um plenário a realizar no dia 12 NOV 88, pelas 15.30 h., na sede prov. sita à Rua da Igreja, 293, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise da situação política e/ou partidária

O Presidente da C. P. da JSD

Fernando Paulo R. Sousa

MACEDO DE CAVALEIROS

Nos termos dos Estatutos da JSD, convocam-se todos os militantes da secção de Macedo de Cavaleiros para um Plenário a realizar no dia 19 de Novembro pelas 15.30 h. na Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política Concelhia e Distrital
2. Eleição dos órgãos concelhios
3. Outros assuntos.

O Presidente da Comissão Política Distrital

Vitor Raposo

PAREDE

Ao abrigo dos Estatutos da Juventude Social Democrática, convoco a Assembleia da Secção da Parede da JSD para um plenário a realizar na sede, sita na Rua Feio Teneas, 5.º, 1.º, no próximo dia 16 de Novembro, pelas 21.30 h., com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Eleição da Comissão Política de Secção

P'la Mesa da Assembleia de Secção

O Presidente

João Carlos Dias Coelho

RIO TINTO

Ao abrigo dos estatutos, convocam-se todos os militantes da JSD do Núcleo de Rio Tinto para reunir em plenário no próximo dia 12/11/88 pelas 21.30 h., com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Informação sobre o Congresso da JSD

A Comissão Política do Núcleo

Por manifesta falta de espaço, só na próxima edição nos é possível publicar:

- CONCLUSÃO DA MOÇÃO «UM GRITO DE GERAÇÃO»
- MENSAGENS RECEBIDAS PELO VIII CONGRESSO NACIONAL

Comissão Europeia confirma

Economia portuguesa crescerá 4%

O índice de crescimento da Economia portuguesa será, assim, um dos mais elevados da Comunidade. A inflação rondará os 9,5 por cento e o emprego crescerá 1,75 por cento este ano, revela também o relatório. Quanto à taxa de desemprego, continuará a ser das mais baixas da CEE, situando-se nos 5,5 por cento.

A Comissão Europeia, relativamente a 1989, prevê para Portugal um crescimento de 3,5 por cento, que será o mais elevado da Comunidade. O emprego crescerá um por cento e a taxa de desemprego é calculada em 6,4 por cento. A inflação situar-se-á nos sete por cento e o saldo da balança de transacções correntes conhecerá um pequeno decréscimo da ordem 1,75 por cento.

Relativamente ao conjunto de países da CEE, o relatório da Comissão Europeia considera que existem três elementos animadores na actual situação económica: o dinamismo demonstrado pela Economia de Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido em consequência do aumento do investimento e a estabilidade das taxas de inflação. A Comissão considera, no

entanto, que em Portugal e na Grécia é preciso progredir neste domínio.

O relatório da Comissão Europeia vem confirmar as previsões do Governo que, desde já, estima para o próximo ano um crescimento do emprego da ordem de um por cento, conforme já aqui foi referido.

Por outro lado, vem também justificar as estimativas do Executivo português nas GOP's 1989-1992, que prevêem um crescimento razoável da Economia portuguesa, com uma média

anual, até 1992, de mais quatro pontos percentuais no Produto Interno Bruto (PIB).

Além disso, a Comissão Europeia sublinha para 1989 a descida da taxa de inflação, confirmando que o processo de desinflatão se vai manter, mesmo que mais moderadamente do que aquilo que se pretendia.

Sobre este aspecto, lembramos que ainda recentemente o Banco de Portugal, na sua síntese de conjuntura relativa a Setem-

bro, salientava que a aceleração da inflação, verificada nos últimos meses, se deveu em grande parte ao crescimento rápido da procura interna e a factores exógenos como o aumento dos preços dos bens alimentares importados, à apreciação do dólar e ao mau ano agrícola.

Mas o relatório do Banco Central não deixava de referir também que os indicadores do investimento continuavam a revelar igualmente uma expan-

são significativamente superior ao inicialmente previsto.

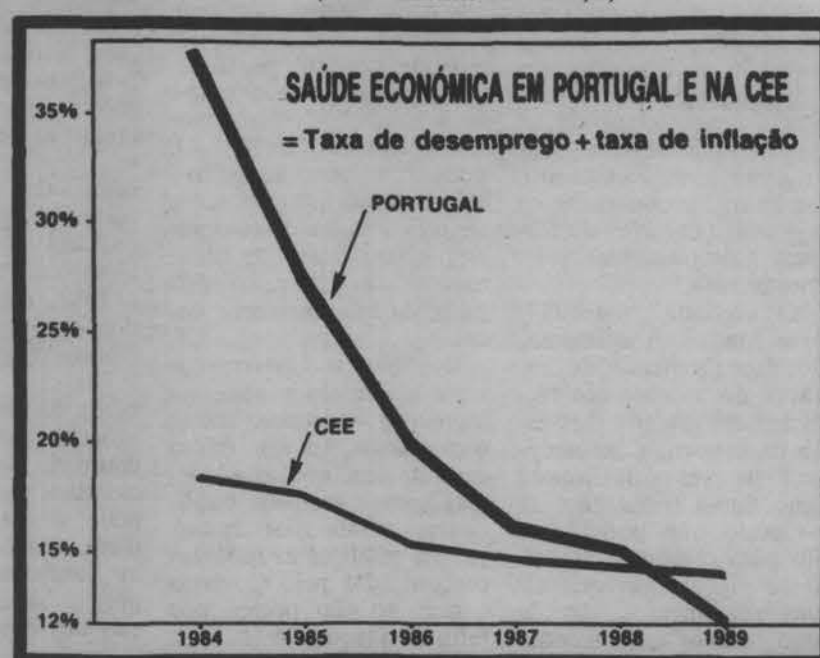
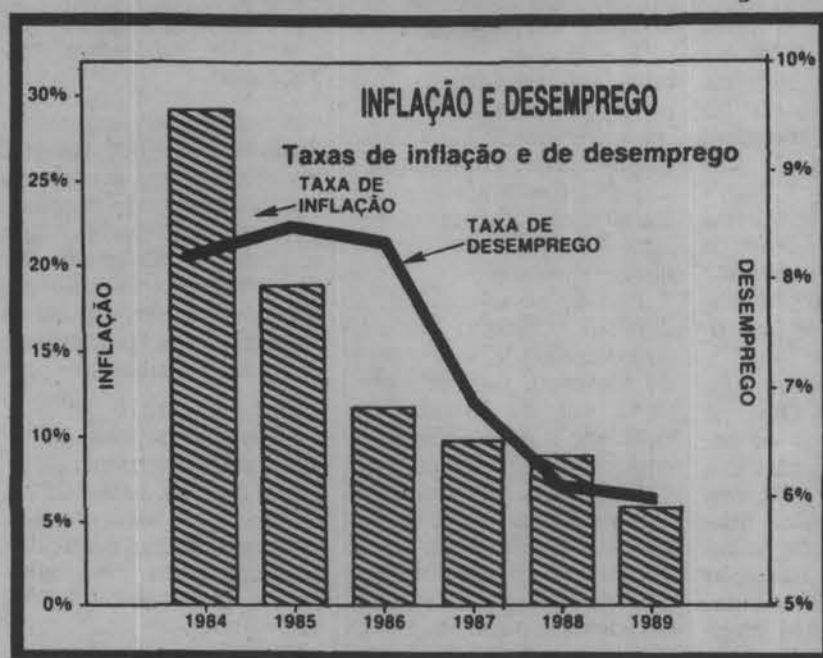
Sublinhe-se ainda, porque não é demais referir-las a Economia portuguesa vai este ano beneficiar de outras duas vertentes: no campo da balança comercial, embora nominativamente as importações tenham até agora crescido mais do que as exportações, também é verdade que estas têm tido um crescimento percentual mais

elevado; por outro lado, relativamente à dívida externa total, ela ascendia a 16 103 milhões de dólares no primeiro semestre deste ano, o que representa uma diminuição de 2279 milhões de dólares em relação a finais de 1987.

Ainda neste capítulo, diga-se que as disponibilidades líquidas do sector monetário, com o ouro avaliado a preços de mercado, cifravam-se em 13 256 milhões de dólares no final do primeiro semestre deste ano.

O DESEMPREGO E A INFLAÇÃO EM PORTUGAL

(Fonte Ministério das Finanças)



780 mil contos

EFTA financia mais empresas

Três novos empréstimos a empresas portuguesas, num valor global de cerca de 780 mil contos, foram aprovados a semana passada pela Comissão Directiva do Fundo EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal.

A decisão foi tomada no decurso de uma reunião realizada na semana passada em Braga, presidida por Veli Sundback, director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia.

O primeiro empréstimo aprovado, no valor de 300 mil contos, foi concedido à Têxtil Manuel Gonçalves S.A. e destina-se à construção de uma nova fição, cujo investimento global é da ordem de 2,5 milhões de contos.

O segundo financiamento, no montante de 230 mil contos, foi concedido à Prazol — Produtora e Refinadora de Óleos, para a ampliação da sua capacidade de armazenamento e realização de investimentos complementares.

O terceiro empréstimo aprovado, no montante de 250 mil contos, foi conce-

dido a uma empresa de laticínios e será aplicado no aumento da capacidade de armazenamento e refrigeração, no âmbito de um projecto de investimento global da ordem dos 600 mil contos.

O montante global dos empréstimos, 780 mil contos, eleva para 32 milhões de contos o total dos cerca de 600 financiamentos que o Fundo EFTA já concedeu a empresas portuguesas, desde o início da sua actividade em 1977.

Estes financiamentos contribuíram para a realização de investimentos no valor de 90 milhões de contos, que geraram 600 novos postos de trabalho e a estabilização de 82 mil empregos já existentes.

Ainda no decurso da reunião em Braga, a Comissão Directiva do Fundo EFTA procedeu a uma análise das actividades do Fundo no domínio da gestão, congratulando-se com o facto de cerca de mil gestores e quadros técnicos de empresas nacionais terem beneficiado, em diversas zonas do País, de acções de formação proporcionadas por aquele organismo.

No próximo ano

Formação profissional para 439 mil Portugueses

O número total de formandos e beneficiários de acções de formação profissional e de promoção do emprego vai ascender a 439 mil pessoas no próximo ano, segundo dados revelados pelo DAFSE — Departamento dos Assuntos do Fundo Social Europeu.

Aquele número consta nos «dossiers» apresentados à Comunidade Europeia para apoio aos programas que beneficiarão particularmente os jovens até aos 25 anos de idade. No próximo ano, estima-se uma comparticipação do FSE, por formando, da ordem dos 253 contos.

O valor total da candidatura portuguesa ao FSE, para o ano de 1989, totaliza 215,7 milhões de contos, revelou o ministro do Emprego e da Segurança Social, Silva Penada, na semana passada por ocasião da conferência de imprensa em que se apresentaram os «dossiers» sobre formação profissional que acabam de ser entregues em Bruxelas. Acompanhado pelo se-



cretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Bagão Félix, o ministro do Emprego referiu que 111,2 milhões de contos correspondem a pedidos de apoio ao FSE, 94,4 milhões de contos à comparticipação do orçamento da Segurança Social (via taxa social única) e 10,1 milhões pro-

vêm da contribuição das próprias entidades promotoras das acções de formação.

As candidaturas agora apresentadas em Bruxelas incluem, pela primeira vez, entre outros, três novos «dossiers»: o dossier PEDIP/FSE, com cerca de três milhões de contos de

comparticipação do FSE, o «dossier» Escolas Profissionais, com cerca de dois milhões do FSE e o dossier «Inserção Profissional dos Jovens nas empresas através do estágio» (um novo programa a lançar em 1989), com cerca de três milhões de contos de participação.

Reforma fiscal põe termo à dupla tributação

A Reforma Fiscal surgiu para maior adequação às realidades actuais, maior justiça social e maior eficiência económica

COMO já foi reconhecido por ilustres parlamentares da Oposição, com a entrada em vigor da Reforma Fiscal (o chamado Imposto Único) é inexistente no quadro jurídico a dupla tributação que as oposições alegam numa verdadeira «orgia» de declarações intimidatórias aos contribuintes — afirmou o deputado social-democrata Gilberto Madail durante o debate de projectos de lei do PS, PCP, PRD e CDS no sentido de o Governo «perdoar» globalmente o pagamento em 1989 do Imposto Complementar referente a 1988.

Na verdade, disse Gilberto Madail, a aproximação dos momentos de cobrança do imposto aos factos tributários que lhes estão na origem, é insusceptível de ser qualificada como dupla tributação. Já o mesmo não poderá ser dito para o sistema actualmente vigente em que alguns rendimentos são de facto taxados duplamente.

E foi exactamente por isso, para uma maior adequação às realidades actuais, para uma maior justiça social e para uma maior eficiência económica que surgiu a Reforma Fiscal que é um dos principais marcos para o nosso desenvolvimento futuro.

Foi já referido, prosse-

guiu o deputado social-democrata, que o problema que naturalmente se põe é apenas o de uma coincidência em termos de calendário no pagamento de obrigações fiscais.

De facto a circunstância do IRS poder envolver apenas para 10 a 15 por cento dos contribuintes uma taxa superior à actual em termos de imposto profissional (e sublinhe-se que não se contempla o Imposto Complementar secção A), poderá na verdade constituir-se como fonte geradora de dificuldades de tesouraria, a justificar um tratamento de excepção por parte da administração fiscal.

Dai que o Governo tivesse entendido e bem, no momento oportuno, atacar o problema no seu fulcro central, sem quaisquer demagogias e excessos publicitários. São, por conseguinte, públicas as medidas preconizadas pelo Governo e que, se não pecam por falta de adequação aos seus objectivos, não visam ainda a manipulação política tão do agrado dos partidos da Oposição.

Foi assim que o Estado, colocando-se numa perspectiva de credor (e não de benfeitor como alguns pretendiam) compreendeu e procurou ajudar, sem quaisquer encargos adicio-



GILBERTO MADAIL — princípios de justiça, de equidade e de coerência

nais, isto é sem juros ou possibilidade da efectivação do pagamento do imposto a pronto mediante um desconto de 20 por cento. Ou ainda, a faculdade de abater à matéria colectável do Imposto Complementar respeitante a 1988, montantes investidos em Fundos de Investimento Mobiliário.

Ou seja, explicitou Gilberto Madail, o Governo procurou não só ir de encontro às preocupações dos cidadãos no que diz respeito à sua liquidez imediata, como também criou as condições de transição para o sistema de tributação dos rendimentos exigí-

veis em cooperação com os contribuintes.

Para além disso, e ainda no sentido de responder ao problema da liquidez, o Governo entendeu elevar os escalões de isenção para rendimentos globais ilíquidos, até aos montantes de 1000 e 1200 contos, quando os limites hoje em vigor são de 245 e 500 contos respectivamente, isto é, mais do dobro.

A actualização de escalões e também a exoneração do pagamento do Imposto Complementar para contribuintes aos quais haja sido liquidado imposto de quantitativo igual ou inferior a 12 000\$00 enquadram-se na mesma linha de procedimento e têm claramente como destinatários os contribuintes de menores rendimentos.

Esta é, pois, concluiu o deputado Gilberto Madail, na generalidade, a proposta do Governo, norteado por princípios de justiça, de equidade e de coerência, e com a qual o elenco de contribuintes em Imposto Complementar (secção A) ficará reduzido a um terço do número de contribuintes que normalmente seriam obrigados a pagar imposto.

«NADA HÁ TÃO DESIGUAL COMO UM TRATAMENTO IGUAL ENTRE DESIGUAIS».

Gilberto Madail referiu, noutro ponto da sua intervenção, que o princípio que norteou o Governo foi o de que «nada há tão desigual como um tratamento igual entre desiguais» e explicou que a análise de qualquer das propostas da Oposição revela à saciedade que os objectivos de índole social que dizem perseguir são objectivos meramente publicitários.

É sabido, acrescentou o deputado social-democrata, o objectivo que preside ao posicionamento do Imposto Complementar e que se traduz na personalização da tributação fazendo assim aderir a carga fiscal às características particulares de cada contribuinte.

Ora, o perdão puro e simples do Imposto complementar determinaria só por si uma monumental injustiça que naturalmente seria sentida com particular acuidade pelos contribuintes de menores rendimentos.

Esquecem, por outro lado, os promotores dos projectos da Oposição a existência de contribuintes em Imposto Complementar secção A, não residentes ou estrangeiros mas residentes em Portugal, que pela obtenção de outras fontes de rendimento, que não do trabalho, iriam também quinhonar de um benefício de que a todos os títulos não eram destinatários.

Acrescem ainda as situações dos contribuintes em Imposto Complementar que por não haverem atingido os limites de tributação de rendimento para efeitos de I.C., nele não foram tributados, mas que para todos os efeitos se devem considerar como tendo a sua situação fiscal regularizada relativamente aos rendimentos de 1988 e que, a ser aceite o previsto nos projectos da Oposição, seriam, de forma grotesca, colocados numa situação de marginalidade em relação à pseudo-justiça social pretendida pela Oposição.

Criada a Escola Portuguesa de Pesca

NA reunião do passado dia 3, o Conselho de Ministros, reconhecendo que o incremento da formação profissional é importante alavanca do desejado desenvolvimento dos vários sectores da economia; o sector da pesca, onde o constante avanço da tecnologia das capturas e do aproveitamento do pescado vem exigindo cada vez mais uma preparação técnica cuidada dos profissionais ligados às indústrias relativas à exploração dos recursos vivos aquáticos, não foge à essa regra.

Por outro lado, é também sabido que o nosso sector pesqueiro tem sido afectado por um acentuado atraso tecnológico e de qualificação dos trabalhadores ligados à pesca, acumulado ao longo de várias décadas, que urge rapidamente recuperar, urgência que a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia veio tornar mais saliente.

Assim, o Governo aprovou um diploma legal que transforma a Escola Profissional de Pesca de Lisboa na Escola Portuguesa de Pesca, modernizando-a e

conferindo-lhe novas e importantes atribuições.

A nova organização incumbe assegurar, a nível nacional, a coordenação de toda a formação profissional no sector das pescas e promover a formação de monitores e o ensino profissional, com vista a preparar profissionais para as indústrias ligadas à exploração, conservação, aproveitamento e transformação dos recursos aquáticos.

Foi aprovado um diploma que confere condições de maior eficácia e representatividade ao Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo, visando a total salvaguarda das liberdades de aprender e ensinar, assim como a legítima participação dos parceiros sociais interessados.

Ensino de Enfermagem é integrado no Sistema Educativo Nacional

O presente diploma alarga os poderes de concertação do Conselho, assegura a representação dos estudantes dos ensinos superior e secundário e es-

tende a competência do Conselho ao ensino superior.

Cumprindo o Programa do Governo, foi aprovado um diploma que consagra a integração do Ensino de Enfermagem no Sistema Educativo Nacional, garantindo o reconhecimento académico dos seus vários níveis de formação.

A semelhança dos países de sistemas educativos e sistemas de Saúde mais evoluídos, o Governo, através do presente decreto-lei, dignifica a profissão de Enfermagem, conferindo-lhe graus académicos e reconhecendo-lhe a evolução científica e a relevância que tem no sistema de Saúde do nosso País.

Com a criação do Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT), foi atribuída ao Fundo de Turismo, a competência para a formalização dos contratos a celebrar com os promotores dos projectos com participáveis.

Tal sistema de incentivos tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento equilibrado das regiões, com especial incidência para as regiões menos

desenvolvidas, incentivando e dinamizando os empreendimentos de interesse para o turismo, em articulação com o Plano Nacional de Turismo, que apresenta prioridades regionais específicas no que respeita às zonas onde se devem promover novas actividades.

Deste modo, os promotores dos projectos compariticipáveis encontram-se disseminados pelo País, o que exige, no respeito pelas disposições legais em vigor, a deslocação daqueles para a outorga dos respectivos contratos.

Esta situação não é compatível com o novo relacionamento que se pretende estabelecer entre o Estado e os cidadãos, o qual se traduz na máxima simplificação dos actos da Administração.

Por isso, o Governo decidiu, na reunião de hoje, que os referidos contratos possam ser objecto de mero escrito particular, com assinatura reconhecida notarialmente, sendo que, por esta via, se evita a deslocação inútil de cidadãos espalhados pelo País à Sede do Fundo de Turismo para a simples celebração de um contrato.

NÚMEROS & PALAVRAS

- ★ 80 mil contos foram dispendidos em 3 meses com o pagamento do subsídio especial de emergência (71 por cento do vencimento normal) aos 760 trabalhadores afectados pelo incêndio do Chiado.
- ★ São 59 as famílias desalojadas da zona do Chiado consumida pelo fogo. A Câmara Municipal de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia responsabilizam-se pelo seu realojamento.
- ★ Calcula-se em 30 mil o número de agricultores prejudicados pelo mau ano meteorológico, que desde antontem começaram a concorrer à linha de crédito bonificado, disponível a partir de 1 de Janeiro de 1989.
- ★ «Não quero medir a capacidade técnica pelo número de 'canudos' que as pessoas têm. Já passou esse tempo». — Faria de Almeida, secretário de Estado Adjunto da Ministra da Saúde, a propósito da recente nomeação de administradores hospitalares delegados.
- ★ «Nada há tão desigual como um tratamento igual entre desiguais». — citado por Gilberto Madail a propósito da não isenção global do pagamento do imposto complementar relativo a 1988.

Prestígio do Parlamento: primeiro objectivo da nova direcção da bancada social democrata

É tarefa de todos, sem excepção, prestigiar a Assembleia da República pelo trabalho, comportamento e seriedade política e humana.

O presidente do grupo parlamentar do PSD, Montalvão Machado, ao apresentar formalmente ao plenário a sua nova direcção, afirmou que vai liderar o grupo enquanto se mantiver a confiança que lhe foi atribuída pelos seus companheiros, reconheceu a dificuldade da função, mas declarou-se capaz de cumprir com a sua ajuda. «De outra forma não teria aceite o cargo», sublinhou.

«São várias as questões, disse, que neste princípio de mandato enfrento. Na medida do que for capaz e me for possível, irei procurar ajudar a resolvê-las».

Dentre essas questões, «a primeira, como não pode deixar de ser, é a de contribuir para continuar a prestigiar a Assembleia da República».

Todos sabemos, adiantou Montalvão Machado, que, muito por falta de informação e principalmente por deficiente informação, o carisma desta Casa para o exterior não é elevado. O povo português, numa grande parte, olha para nós com alguma desconfiança, com certo alheamento e, até, porque não dizê-lo, com alguma descrença.

Sem razão e a cada passo, somos injusta, ilegítima e imoralmente atacados.

Todos os sentimentos todos os sentimentos, com esses ataques.

É possível que tenhamos alguma culpa nessa pouca feliz imagem que de nós fazemos.

Mas, se é que existe, será mínima.

Em todos os países com parlamentos democráticos verifica-se precisamente o mesmo. É o resultado ou a consequência da luta, incorrecta e injusta contra os regimes parlamentares que, sem razão e antes com ilegítimos mas bem conhecidos objectivos, vem grassando aqui e ali pelo mundo democrático.

Os parlamentos pluripartidários, e por isso democráticos, provocam, no seu natural funcionamento, um permanente choque de ideologias, estratégias, táticas que levam a mais ou menos longas discussões e decisões que muitos não vêem com bons olhos.

O que acontecerá, exclusivamente, por incompreensão.

Classificam-nos de improdutivos, de meros jogadores de palavras, sem resultados palpáveis para o bem comum. Por isso até chegam a julgar-nos dispensáveis, esquecendo-se de que somos um pilar básico da nossa Democracia.

Não o entendo assim. Nenhum de nós o pode entender assim.

Há, pois, que prestigiar a Assembleia da República. É tarefa de nós todos, sem excepção.

E esse prestígio há-de vir, necessariamente, do nosso trabalho, do nosso comportamento, da nossa seriedade política e humana, dos resultados que pudermos conseguir.

E, ao mesmo tempo, pelo respeito que temos a obrigação de ter por todos, do mesmo passo que o exi-

gir de todos, sejam quem forem.

Numa palavra, temos que continuar a ser, com dignidade, os representantes do povo que nos elegeu. Esse povo tem o direito de exigir que cumpramos. Nós temos a obrigação de cumprir.

O meu grupo parlamentar irá continuar a luta — não a guerra — pela implantação, cada vez maior, do ideal social-democrata, na feliz expressão de Francisco Sá Carneiro.

Para ele, velho e nunca esquecido amigo, quero aqui deixar hoje uma palavra de saudade.

Saudade pelo homem, pelo político, pelo social democrata.

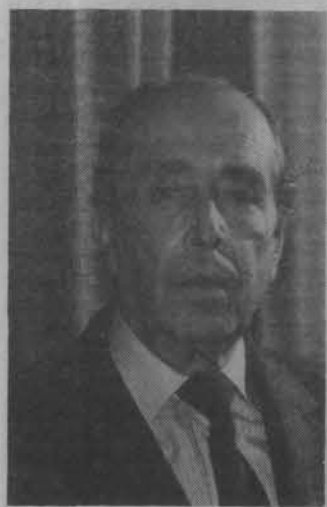
Exemplo que, depois de morto, continua vivo, e de que maneira, na minha memória.

Como quero deixar também uma palavra de grande saudade por um homem que se chamou Carlos Alberto da Mota Pinto, por outro homem que se chamou Nuno Rodrigues dos Santos, social-democratas de garra, a quem nunca será demais agradecer o muito que por nós fizeram.

Como saudade também fica para tantos outros que também já partiram e que nós não esquecemos.

Vamos prosseguir numa política social-democrata, baseada fundamentalmente nos problemas de natureza social, na modernização e desenvolvimento económico do País, na total integração nas Comunidades Europeias, por forma a atingirmos, como vamos atingir, a meta que nos propuzemos e que é mister encontrar em 1992.

Humanistas como somos e nos orgulhamos de ser, teremos sempre no nosso horizonte o homem, a mulher e os jovens deste País,



MONTALVÃO MACHADO — estamos no bom caminho

as suas carências, as necessidades, desejos, o seu bem estar e o seu desejo de uma vida cada vez melhor.

Sentimos que estamos no bom caminho. Não desconhecemos nem procuramos ignorar as dificuldades de percurso. Mas estamos certos de que iremos vencer. Aliás, os resultados já conseguidos avalizam a seriedade dos nossos propósitos e do nosso querer. Como avalizados estão e continuam a estar pela maioria do povo português.

Não admitiremos que outras forças políticas invadam o nosso espaço espaço ideológico, e damos ao desprezo todos aqueles que, sem razão, procuram descaracterizar-nos politicamente.

Somos o que somos e temos muito orgulho nisso.

Temos uma linha política bem definida, um grupo parlamentar que a sustenta e desenvolve, um partido que a representa, um Governo que a executa com a consciência de que sabe o que quer, para onde vai e a meta que quer atingir.

Temos um líder governamental que tem confiança em nós e a quem nós retribuimos por igual forma.

Acreditamos nele. Sabemos que é capaz, sério, trabalhador e digno.

Temos sido acusados, e sem razão, de soberberia, demasiado orgulho, senhores de verdade única, falta de propositada de diálogo — prosseguiu o líder parlamentar social-democrata.

Não é verdade.

É certo que somos maioritários, não nos esqueçamos disso, temos o honroso orgulho que daí nos advém. Nós e o povo que em nós confiou.

Mas quero aqui deixar bem expresso que, não obstante esse orgulho, não desprezamos ninguém, nem nos consideramos senhores de uma verdade única.

Temos a humildade de ouvir sempre que as palavras são boas e produtivas.

Não só não fugiremos ao diálogo com as oposições como, pelo contrário, o procuraremos, sempre que dele sintamos necessidade ou nos seja solicitado.

Mas, como não menos vigor e verdade, quero aqui dizer também que o diálogo não pode ser paralisante, não pode servir como pretexto para arrastar soluções que cada vez são mais precisas e mais urgentes. O diálogo para entrar, para passar tempo, para fugir a soluções, não será connosco.

Nesse diálogo produtivo que, repito, queremos e desejamos, será evidente que não podemos nem devemos esquecer a nossa força e a nossa determinação. É uma regra Democrática que não poremos de lado.

É uma regra democrática, uma obrigação também.

Respeitaremos as oposições na mesma medida em que nos respeitarem.

Reconhecemos às oposições os direitos que lhes cabem, sempre que estas não retirem os nossos.

Trabalharemos, como é evidente, em íntima ligação com o Governo, que sustentamos e fiscalizamos. O Governo quer trabalhar connosco e nós com ele. A tarefa é uma só e por isso se compreenderá a íntima ligação.

É nosso objectivo respeitar e dignificar os restantes órgãos de soberania, em relação aos quais teremos o comportamento ético e político que a democracia impõe e é nosso vivo desejo.

Montalvão Machado terminou a sua intervenção com «uma palavra de lamento» pelo facto de Vítor Constâncio se ter demitido, como o próprio o afirmou, por «falta de solidariedade de alguns dos seus camaradas» e por «boicote interno à sua direcção».

Lamento, disse, porque razões desta natureza dentro de um partido democrático são sempre de lamentar. A solidariedade, o trabalho comum e o respeito são raízes demasiado sérias e profundas para que democratas as esqueçam. Sei bem o que isso significa porque já as passei em minha casa política e por isso bem as sinto».

O Partido Socialista, disse ainda Montalvão Machado, é, sem contestação válida possível, o líder da Oposição. E nós, partido do Governo, queremos nesta Assembleia essa Oposição. Mais que isso, precisamos dela. Mais ainda, ela é necessária ao funcionamento normal da nossa Democracia.

Tenho a certeza, — concluiu Montalvão Machado, que o Partido Socialista vai resolver, tão rapidamente quanto possível, o problema que se lhe colocou. Tem capacidade para tanto e tem gente de sobra para o dirigir.

Núcleo de Carnaxide anulação de convocatória

O Núcleo de Carnaxide solicita-nos a publicação do seguinte esclarecimento:

«Em 88-01-09 o «Povo Livre» publicou a homologação do Núcleo de Carnaxide e sua Comissão Instaladora;

— Em 88-10-19 o «Povo Livre» publicou a convocatória do Presidente da Mesa da Assembleia da Secção para eleições da Comissão Política do Núcleo de Carnaxide, a realizar-se em 88-11-04; na Sede da Secção, em Linda-a-Velha.

— Em 88-10-19 a Comissão Instaladora requereu ao Conselho de Jurisdição Distrital a anulação do acto eleitoral, fundamentando-se no facto do referido acto estar convocado para fora da área residencial, havendo localmente Sede própria.

— Em 88-11-03 o Conselho de Jurisdição Distrital deliberou por este facto anular a convocatória e determinou à Comissão Política da Secção nova convocatória no prazo de trinta dias e para a Sede do Núcleo de Carnaxide».



PSD **Povo livre**
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX • Telef. 60 21 40

NOME: _____

MORADA: _____

COD. POSTAL: _____

LOCALIDADE: _____

ASSINATURA: NOVA ☐

RENOVAÇÃO ☐

SEMESTRAL ☐

ANUAL ☐

Junto envio cheque nº _____

Segue vale de correio nº _____

Junto numerário no valor de _____

[Assinatura]

BOLETIM DE ASSINATURA

Interesses regionais

Estatutos da Casa do Douro aguardam eminente legislação

VELHA e correcta ambição dos vitivinicultores do Douro vai ser, enfim, concretizada após a aprovação da proposta de lei de autorização legislativa que permite ao Governo cumprir o que está estabelecido no artigo 8.º do decreto-lei n.º 486/82 de 28 de Dezembro, no sentido de permitir aos produtores uma participação mais activa e mais concertada com todos os agentes públicos e privados no desenvolvimento da Região Duriense — afirmou o deputado Vasco Miguel durante o debate daquela proposta.

O plenário da Assembleia da República decidiu, entretanto, por unanimidade, que o diploma baixasse à Comissão Parlamentar de Agricultura antes da sua aprovação na generalidade para melhor apreciação dos propósitos do Governo.

O próprio deputado social-democrata Vasco Miguel afirmou que o PSD não quer deixar de apresentar algumas sugestões acerca do que devem constituir princípios a consagrar nos novos estatutos, nomeadamente o reconhecimento da sua actual natureza jurídica, e o exercício de atribuição e competên-



VASCO MIGUEL — uma velha ambição dos vitivinicultores.

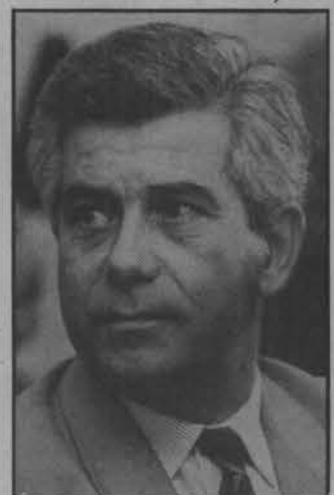
cias legais relativas à produção e comercialização dos vinhos da Região Demarcada, a manutenção do Conselho Regional de Vitivinicultores composto por

representantes das adegas cooperativas e das associações de vitivinicultores existentes na Região, e por membros eleitos, por sufrágio directo, segundo o sistema proporcional, pelos vitivinicultores inscritos na Casa do Douro, a Direcção da Casa do Douro deverá ser eleita directamente, segundo o sistema maioritário e por lista completa, pelos vitivinicultores inscritos na Casa do Douro, o Conselho Vitivinícola Inter-profissional a criar terá de ser composto por representantes, em número igual, da lavoura e do comércio de vinhos de qualidade da Região Demarcada do Douro, e por um representante do Estado nomeado pelo Ministro da Tutela.

Douro» ficou numa situação de indefinição jurídica, somente ultrapassada em 1982, através do decreto-lei n.º 486/82.

No seu preâmbulo, este decreto-lei define como objectivo principal «satisfazer a exigência de descentralização no sector da vitivinicultura duriense, não só fortemente significativo para a Economia regional e nacional, como também garantindo a todos os vitivinicultores a participação activa na deliberação dos assuntos que lhes dizem respeito».

Este decreto-lei, cuja revalidação foi determinada pela recusa de ratificação do decreto-lei 313/86, de-



DANIEL BASTOS — a resposta há muito aguardada.

verá ser sujeito à urgente necessidade de adaptação ao que decorre do decreto-lei 304/86 que reformula a organização vitivinícola nacional sem diminuir as competências que, tradicionalmente, estão atribuídas à «Casa do Douro» mas com uma filosofia diferente da natureza mista (pública e privada) que caracterizará este organismo.

A autorização legislativa solicitada pelo Governo responde, cabalmente, aos desejos e interesses manifestados por unanimidade pelos vitivinicultores durienses, através do Conselho Regional de Vitivinicultores, no sentido de «adaptar a sua estrutura representativa às ideias de descentralização e concen-

tação entre o poder público e os produtores, como também na deliberação dos assuntos que lhes dizem respeito e na implementação de medidas indispensáveis à promoção e salvaguarda dos interesses gerais inerentes à produção vitivinícola da Região Demarcada do Douro».

O Partido Social Democrata ciente da necessidade e urgência de legislação que consagre estes objectivos, dá o seu voto favorável na generalidade e o seu total apoio no sentido de que consigam concretizar os objectivos da proposta de lei que autoriza o Governo a legislar para aprovação dos Estatutos da «Casa do Douro» e respectivo regulamento eleitoral.

PRIMEIRA REGIÃO DEMARCADA DO PAÍS. PRIMEIRO VINHO DATADO DO MUNDO.

Aqueles dois deputados social-democratas recordaram entretanto que, com a criação, em 1756, pelo Marquês de Pombal, da Companhia Geral de Agricultores dos Vinhos do Alto Douro, foi feita a primeira Região Demarcada e respectiva delimitação e regulamentação.

O primeiro vinho datado (1775) do mundo foi o «Porto». Seguiu-se, 12 anos

depois (1787), o «Château Lafitte». A primeira exportação documentada de vinho do Porto foi em 1465, destinada a Bristol.

A região demarcada do Douro distribui-se por quatro distritos e representa 30 mil vitivinicultores em boa parte inscritos nas 24 adegas cooperativas da região e compreende cerca de 90 mil parcelas.

SOLUÇÕES ORGANIZATIVAS PRÓPRIAS PARA A REGIÃO

Por sua vez, Daniel Bastos recordou que a Região Demarcada do Douro, considerada através dos tempos como apresentando características e especificidades muito próprias, justifica soluções organizativas diferentes das estabelecidas para situações aparentemente análogas.

Assim, disse, através de várias legislações e durante as últimas cinco décadas,

os governos introduziram sucessivas alterações, adaptando e alargando o seu âmbito, nomeadamente no que concerne à «fiscalização do plantio da vinha» e «defendendo os durienses perante o Estado e outros organismos de coordenação económica».

Com a extinção dos organismos corporativos, determinada após o 25 de Abril de 1974, a «Casa do

O Conselho de Ministros do passado dia 27 decidiu desenhado o processo de privatização de duas empresas públicas do ramo dos seguros, a Aliança Seguradora, E.P. e a Tranquilidade, E.P.

O Conselho aprovou um Decreto-Lei que passa a sujeitar a licenciamento prévio a aquisição e a utilização das «bombas de arremesso» (nas quais se incluem as chamadas «bombas de carnaval»), o qual só pode ser concedido a maiores de 18 anos, restringindo-se o respectivo uso à utilização para fins não lúcidos, designadamente na defesa de produções agrícolas ou florestais, e ainda para o exercício autorizado da caça de batida.

São assim criadas condições para pôr termo aos inúmeros acidentes que todos os anos têm vindo a provocar vítimas, em muitos casos com consequências graves, atingindo crianças em idade escolar.

Serviço Cívico para objectos de consciência

Prosseguindo a tarefa da criação de mecanismos necessários à prestação de serviço cívico pelos objectores de consciência o Governo aprovou um diploma que prevê que a prestação deste serviço cívico tenha duração equivalente à do serviço militar obrigatório para o Exército.

O diploma prevê ainda a

Novas medidas de apoio aos deficientes

adaptação da condição de objector em termos equivalentes às previstas no novo regulamento da prestação do Serviço Militar Obrigatório.

A prestação de cuidados e atenção muito especiais aos grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa é uma das linhas essenciais da actuação do Governo.

Nesse sentido, vêm sendo tomadas toda uma série de medidas com vista à população deficiente. Dentre as mais importantes destaca-se que, nos últimos dois anos, procedeu-se a aumentos do abono complementar a deficientes na ordem dos 163% e do subsídio mensal vitalício a deficientes com mais de 24 anos em 129% e o Governo já fez aprovar uma proposta de lei de Bases de Reabilitação, que aguarda apreciação da parte da Assembleia da República.

Prosseguindo com aquela orientação o Conselho de Ministros apreciou um documento preparado no Ministério do Emprego e Segurança Social que analisa e elenca de forma detalhada todo um vasto conjunto de propostas de medidas e acções que têm a ver com a problemática da prevenção da deficiência, reabilitação e integração das pessoas com deficiência.

O Conselho de Ministros considera que, sobre esta matéria, a maior parte das situações não se compadece com soluções parcelares, antes exige um enquadramento global que seja susceptível de potenciar as acções dos diferentes serviços do Estado e das diferentes organizações existentes no tecido social.

Assim, o Conselho de Ministros decidiu incumbir o Ministro do Emprego e da Segurança Social, em conjugação com outros Ministérios com responsabilidade mais directa na matéria, de proceder a uma análise de todo o vasto conjunto de medidas e acções propostas, no sentido de viarem a ser estabelecidas metas temporais de execução.

Instituto Nacional de Ambiente

O Conselho de Ministros, aprovou igualmente um Decreto-Lei que estabelece a orgânica do Instituto Nacional de Ambiente (INAMB). Com a aprovação deste diploma o Governo dá cumprimento a uma das incumbências decorrentes, Lei das Bases do Ambiente aprovada pela Assembleia da República em Abril do ano passado. Promove-se, deste modo, a estruturação de uma autêntica Provedoria do Ambiente, embora não reserve

apenas a tarefa de assegurar, por meio de mecanismos diversos, a participação dos cidadãos na elaboração da política de ambiente e na fiscalização da actividade da Administração nesta matéria. Com efeito, ao INAMB são confiadas, entre outras importantes competências, algumas dirigidas à formação e informação da opinião pública em matérias ligadas ao ambiente e, ainda, às relações com associações de cidadãos interessados por estes assuntos.

O Conselho de Ministros, na sequência de deliberação anteriores sobre a SETENAVE, encarregou o Ministro da Indústria e Energia de promover as acções conducentes à constituição de uma Sociedade para gerir os estaleiros da SETENAVE, cujo o capital social integre a LISNAVE e a SETENAVE e fique aberto a outros armadores nacionais.

Com esta sociedade assegurar-se-á a racionalização e a gestão integrada de reparação naval na SETENAVE e LISNAVE.

A participação da SETENAVE nessa sociedade poderá vir a ser alienada total ou parcialmente a investidores que pensem combuir quer do ponto de vista técnico quer do ponto de vista comercial para a manuten-

ção do sector da construção naval.

Estatutos de Associações dos Arquitectos Portugueses

Por escritura pública de 25 de Fevereiro de 1987, foi constituída a Associação dos Arquitectos Portugueses, associação de direito privado que sucedeu à Sociedade dos Arquitectos Portugueses.

No VI Congresso da Associação, realizado em 1986, deliberaram os seus membros a transformação da actual Associação dos Arquitectos Portugueses em associação pública. Em consequência, a Associação solicitou ao Governo as providências necessárias para a concretização daquela pretensão.

Dando acolhimento ao pedido e após audição dos seus órgãos representativos, entendeu o Governo que a referida Associação deve ser convertida em associação pública, entidade mais adequada aos fins prosseguidos por uma associação profissional, assegurando a representatividade como interlocutor único com o Estado no domínio do exercício profissional da Arquitectura, procedendo ao registo dos arquitectos, regulamentando a sua acti-

vidade e salvaguardando a deontologia profissional.

Assim, foram hoje aprovados os respectivos Estatutos que, para além dos princípios atrás referidos confere, à organização profissional dos arquitectos estruturas e atribuições equivalentes às das associações congêneras nacionais e estrangeiras.

No prosseguimento da política global da Reforma do Sistema Educativo foram aprovados vários diplomas que procedem ao reconhecimento oficial de Escolas Superiores de Educação em Almada, Arcozelo e Fafe e bem assim à criação nas Caldas da Rainha da Escola Superior de Arte e «Design».

Foi igualmente aprovado um importante decreto-lei que estabelece o regime de criação de Escolas Profissionais no âmbito do ensino não superior, na perspectiva do apoio à iniciativa local e empresarial e tendo por objectivo estratégico a promoção da formação profissional de jovens com carácter institucional.

O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que contém os princípios gerais de política de obtenção e preparação de sangue humano, seus componentes e derivados para fins terapêuticos, determina a criação e um Instituto Nacional de Transfusão Sanguínea e valoriza a intervenção das Associações de Dadores de Sangue.

CONVOCATÓRIAS

Secção de Joanesburgo

Nos termos dos Estatutos, convocam-se todos os militantes da Secção a reunir em Assembleia Geral, na Sede da Secção sita em 42, Penroad — Larochelle — Johannesburg, no dia 19 de Novembro pelas 15 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia Geral
- 2 — Apresentação de contas
- 3 — Geral.

Secção A

Ao abrigo do art.º 49.º dos Estatutos do P. S. D., convoca-se a Assembleia da Secção A, da A. M. L., para reunir em sessão extraordinária, na Sede, Rua da República da Bolívia, 53-1.º Direito, no próximo dia 29, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto único — Eleição dos seguintes Órgãos da Secção:
- Mesa da Assembleia
 - Comissão Política
 - Delegados à Assembleia Distrital da A. M. L.
- A votação tem início às 19 h. e encerra às 23 h 30.

Secção B

Nos termos do Artigo 49.º dos Estatutos aprovados no XIII Congresso Nacional do PSD, convoco a Assembleia da Secção B da A.M.L. a reunir em sessão extraordinária na sua Sede, sita ao Campo Pequeno, n.º 16-3.º, no próximo dia 15, pelas 21h, com a seguinte:

ORDENS DE TRABALHOS

Ponto Único — Apresentação das contas no período de Março de 1987 a Outubro de 1988.

Fânzeres

Ao abrigo dos estatutos nacionais do P.S.D., convocam-se todos os militantes do núcleo local, para um Plenário a realizar no dia 20 do corrente pelas 09h30, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política e/ou partidária
2. Apresentação do relatório de contas
3. Eleição da comissão política do núcleo.

Secção G

Ao abrigo dos Estatutos convoco os Militantes da Secção G para uma Assembleia a realizar na Sede da Secção, Rua do Lumiar, 65/65-A, no próximo dia 15 de Novembro de 88, pelas 21,00 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Apreciação e aprovação das Contas de 1988.
- Apresentação do Relatório da Actividade da Secção durante o último mandato.
- Eleição da Mesa da Assembleia Geral.
- Eleição da Comissão Política da Secção.

Coruche

Em virtude de se haver demitido a Comissão Política de Secção, convoco ao abrigo das disposições estatutárias uma Assembleia Ordinária da Secção do P.S.D. de Coruche para o dia 25 do corrente, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto I — Análise da Secção Política Concelhia
- Ponto II — Eleição de nova Comissão Política Concelhia.

Oliveira do Bairro

Nos termos do artigo 48 dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se para a Assembleia da Secção de Oliveira do Bairro a realizar no próximo dia 26, em Oliveira do Bairro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição da Mesa da Assembleia, Comissão Política Concelhia e delegados à Assembleia Distrital.
 - 2 — Análise da situação política.
- Nos termos do regulamento eleitoral interno, as urnas manter-se-ão abertas entre as 20.30 e as 22.30 horas.

Rio Maior

Ao abrigo dos artigos 48.º e 49.º dos Estatutos, convoco a Assembleia da Secção para reunir em sessão extraordinária no dia 25 do corrente, pelas 20h30, na Sede nesta cidade, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção
3. Eleição da Comissão Política da Secção
4. Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital
5. Tomada de posse dos Órgãos eleitos.

S. Cosme (Gondomar)

Ao abrigo das disposições estatutárias, são convocados os militantes do Núcleo do PSD de S. Cosme-Gondomar, para reunirem em Plenário no próximo dia 18, pelas 21h, na Sede Concelhia de Gondomar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto único — Apreciação e votação das Contas de exercício.

Ao abrigo das disposições estatutárias, são convocados os militantes do Núcleo do PSD de S. Cosme — (Gondomar) para reunirem em Plenário no próximo dia 18, pelas 22h, na Sede Concelhia de Gondomar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto único — Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Tomar

A mesa da Assembleia da Secção, convoca todos os militantes desta Secção, ao abrigo do Artigo n.º 48 dos estatutos, para a Assembleia ordinária a realizar na Sede do P.S.D., Rua Marquês de Pombal, 44-2.º, no dia 18 de Novembro pelas 20h30, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação política.

Manuel Moreira
em Leiria e Montijo

O secretário-geral adjunto do PSD, Manuel Moreira, desloca-se dias 11 e 15 do corrente respectivamente, aos concelhos de Leiria e Montijo.

— Dia 11, sexta-feira, às 21.30 horas, participará numa Assembleia de Secção do PSD de Leiria, na qual abordará o tema: «Estratégia Eleitoral do PSD para as Eleições Autárquicas de 1989».

— Dia 15, terça-feira, às 21.30 horas, reunirá com os membros do PSD da Assembleia Municipal do Montijo, onde abordará o tema: «A regionalização administrativa do País».

Maria Amélia Oliveira Martins
na Secção A

Maria Amélia Oliveira Martins, da Comissão Política Nacional, desloca-se na próxima terça-feira, dia 15, às 21h30, à Secção A de Lisboa (Benfica — S. Domingos de Benfica) para presidir a uma sessão-debate sobre «A participação da mulher na política».

Maria Amélia Oliveira Martins
na Secção D

Maria Amélia Oliveira Martins estará no próximo dia 10 — 5.ª feira, pelas 21.30 horas, na Sede da Secção D de Lisboa, sita na Rua Rosa Araújo, n.º 16, 1.º Esq.º, numa sessão subordinada ao tema «A intervenção da mulher na vida política e partidária».

Magusto em Rio de Mouro

O Núcleo de Rio de Mouro convida todos os sociais democratas das Secções e Núcleos circunvizinhos a participarem num MAGUSTO/festa que vai realizar no próximo dia 12, Sábado, a partir das 13 horas, em pavilhão coberto sito junto à estrada Lisboa/Sintra, lado direito, a 100 m antes de Ranholas (local sinalizado), compreendendo frango assado, caldo verde, arroz doce, bom vinho e água-pé do lavrador e castanha assada, bem como baile para todas as idades, com prémios para os melhores pares.

Festa de S. Martinho na
Secção B

Vai realizar-se na Secção B de Lisboa (ao Campo Pequeno) no próximo dia 11, com início às 21 horas, a tradicional Festa de S. Martinho.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Celorico
da Beira

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — Carlos Alberto Faria de Almeida;
Vice-Presidente — Inocência de Almeida Santos;
Tesoureiro — Júlio de Jesus Tavares;
Vogais — Ramiro Salgado Gonçalves, António Manuel Pereira, Luís António Martins Dias, António de Almeida Trindade, Eurico Jorge Azevedo, António de Almeida, Manuel José dos Santos e António Marques Luís.

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente — Carlos Jorge Ramalho;
Secretários — Francisco Manuel de Sousa Fonseca e António Monteiro.

DELEGADO
À ASSEMBLEIA
DISTRITAL DA GUARDA
Manuel Jorge Ferreira Afonso

Guarda

MESA (ASSEMBLEIA
DA SECÇÃO)

Presidente — António Soares Gomes;
Vice-Presidente — Luís Manuel Gomes Campos;
Secretário — Fernando de Jesus Bento.

COMISSÃO POLÍTICA
DE SECÇÃO

Presidente — José Maria dos Santos Júnior; Vice-Presidente — Victor Manuel Lopes Simões;
Tesoureiro — Jorge Manuel Granja de Sousa;
Vogais — Afonso Gonçalves Monteiro, Francisco José Mesquita Figueiredo, João Manuel Gomes Gonçalves, Joaquim Alberto Pires Rodrigues, José António de Sousa Calado, José Duarte Barbosa e Maria de Lurdes Cunha Antunes Lopes.

DELEGADOS
À ASSEMBLEIA
DISTRITAL

António Manuel Prata Pina, Maria Isabel Andrade Barbosa, José António Roque Ambrósio, José Manuel Jorge Proença, José da Fonte Currais, Fernando Manuel Mesquita Ramos, António Salvador Morgado, Manuel Rebelo de Oliveira, Agnelo José dos Santos Maia, António Esteves Morgado e Celino Manuel Marques Rodrigues.

TSD NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Banco Espírito
Santo
e Comercial de
Lisboa

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente — Francisco José Leitão Lourenço;
Vice-Presidente — João Nunes dos Santos;
Vogais — António Mariano Diogo Barceló, Carlos Manuel Assunção Gonçalves, Domingos Fernando Galvão Santos, Francisco Domingos Nogueira Leite, João Rui Pereira Dias Conceição, Jorge Freitas Alves e Maria Cesaltina Henriques.

Banco
Nacional
UltramarinoSECRETARIADO
DE SECÇÃO

Presidente — Teófilo Manuel Malafaia Mascarenhas;
Vice-Presidente — Maria Helena Feio Sá Carneiro Medeiros;
Vogais — Ardechir Caecobade Rostom, Arnaldo Machado da Veiga, Belmiro da Rocha e Silva, Francisco Inácio Bastos Cerqueira, Ivo Horácio Barreto, Joaquim Ribeiro Pinto Janeiro e Vicente António Dias Carmelo.

Banco
de PortugalSECRETARIADO
DE SECÇÃO

Presidente — Manuel António de Jesus Sequeira;
Vice-Presidente — António Maria Nunes Salvador Ferreira;
Vogais — João Nunes Carvalho, Jorge Miguel Rodrigues Teixeira e Arlete Coutinho Rosa Carqueja.

Banco
Português
do AtlânticoSECRETARIADO
DE SECÇÃO

Presidente — Silvino Pedrosa Costa;
Vice-Presidente — Palmira Anjos Castro Carvalho;
Vogais — António José Varela Valente, Carlos Mário da Costa Marques Leal, Domingos Nunes Francisco e Luís Filipe Amorim Campos Carvalho.

DELEGADO À ASSEMBLEIA
DISTRITAL DOS TSD
Palmira Anjos Castro Carvalho.

Banco
Totta
& Açores

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente — Manuel Isaías Dionísio Couto;
Vice-Presidente — Renato Augusto Roma Pereira;
Vogais — Eduardo Duarte Casinhas, Ana Paula Alves Antunes da Silva, José Pereira Rodrigues, Hugo Américo Fi-

lipe, João Manuel Pontes Borba Alpalhão, Fernando de Almeida e Rui Nuno dos Santos Gouveia Leite.

DELEGADO À ASSEMBLEIA
DISTRITAL

Eduardo Duarte Casinhas e João José Cordeiro.

Carris

SECRETARIADO
DE SECÇÃO

Presidente — Joaquim Bernardino Policarpo;
Vice-Presidente — José Maria Moura Teixeira;
Vogais — Carlos de Almeida, Vasco dos Anjos Nascimento, João de Amparo Magalhães, Anselmo de Nascimento Vassal, João Rodrigues, Ismael Ventura Andrade e José Manuel Andrade Augusto.

DELEGADO À ASSEMBLEIA
DISTRITAL

Anselmo do Nascimento Vassal.

Ministério
da SaúdeSECRETARIADO
DE SECÇÃO

Presidente — Carlos Alberto Cunha Vidal;
Vice-Presidente — Maria de Lurdes Pires Cadavez Pedro;
Vogais — Luís Filipe Aires, Adelino Alves Meira, Rosa Maria Sequeiros S. Leitão, António José Madureira Pimparel, Manuel Mendes Figueiredo, Luís Filipe Ferreira de Campos e Domingos da Rocha Mendes.

DELEGADO À ASSEMBLEIA
DISTRITAL

Manuel Mendes de Figueiredo.

Sociedade
Financeira
Portuguesa

SECRETARIADO DO NÚCLEO

Presidente — Carlos Alberto Correia Almeida;
Vice-Presidente — Carlos José Duque Calçado;
Vogais — Fernando Almeida Rodrigues, Joaquim Manuel Gonçalves Lourenço e Vitor Manuel Domingues Gonçalves.

União
de Bancos
PortuguesesSECRETARIADO
DE SECÇÃO

Presidente — Agostinho Vieira de Aguiar;
Vice-Presidente — David José Teixeira Moreira;
Vogais — Vitor Manuel Casal Simões, Luís Ferreira de Matos, Manuel Cunha Silva Ribeiro, Conceição Pires Brás Cardoso e Rafael António Martins Pinhal.

Roberto Carneiro e Leonor Beleza

Portugal vai ser País piloto da reforma do ensino médico

Os ministros da Educação e da Saúde, respectivamente, Roberto Carneiro e Leonor Beleza, anunciaram a semana passada que Portugal vai dar passos imediatos para iniciar o processo de mudança do ensino médico e que o País vai ser, mesmo, piloto da reforma desse ensino.

O anúncio foi feito após o encerramento dos trabalhos da I Consulta Ministerial para a Educação Médica e Saúde da Europa, que decorreu no Estoril. Roberto Carneiro e Leonor Beleza foram os primeiros responsáveis governamentais a perfilhar as conclusões da conferência, nos termos das quais «a política de Educação Médica de cada País deve reflectir claramente a política nacional de Saúde, emergente da filosofia e princípios da saúde para todos na Europa».

As conclusões do encontro



Os dois ministros falando à Comunicação Social

apontam ainda para o reforço da cooperação entre profissionais de Saúde e da Educação e para a promoção de mecanis-

mos para uma educação contínua, factor essencial da formação médica, bem como para a garantia de que «nos

programas em cada Universidade e Escola Médica reflectam as políticas nacionais de Saúde».

A adopção destes princípios pelos ministros portugueses levou os participantes na conferência a elogiarem a sua atitude. «Esta reunião deve ser um modelo para todas as que se vão seguir no resto do mundo», salientou o prof. Walton, presidente da Federação Mundial para a Educação Médica, considerado o principal impulsor da política de reformas da OMS.

Leonor Beleza e Roberto Carneiro revelaram-se satisfeitos «pela ruptura das barreiras existentes entre os dois ministérios, o que permitirá resolver, nomeadamente, os problemas colocados pela dependência das Faculdades Médicas do Ministério da Educação, paralelamente à tutela da Saúde sobre os hospitais».

Leonor Beleza acrescentou que «todos os serviços de Saúde vão ser abertos para a formação de pós-graduados» e acrescentou que o departamento de que é titular «aceitará a intervenção das universidades nos cursos de pós-graduação».

Falcão e Cunha

Estradas: 500 milhões até ao ano de 1995

O secretário de Estado das Vias de Comunicação, Falcão e Cunha, revelou que os planos a médio e longo prazo da Junta Autónoma das Estradas (1987-95) prevêem um investimento global de 500 milhões de contos.

Ao falar na Exponor, onde decorreu o primeiro Congresso de Máquinas Industriais, Falcão e Cunha disse que, de um investimento em vias de comunicação de 28,4 milhões de contos, em 1985, passou-se a um valor de 72 milhões de contos este ano, projectando-se, para 89, um investimento de 104 milhões de contos.

Além dos planos da JAE, há ainda o Plano de Modernização e Reconversão dos Caminhos de Ferro (1988-94), apontando para um investimento que ronda os 225 milhões de contos. Ambos os planos estão, segundo o secretário de Estado, «a ser cumpridos de acordo com as previsões, sem esquecer que também noutros domínios — escolas, hospitais, habitação e energia — se investe a ritmos a que o País não estava habituado».

Quanto a acessos, Falcão e Cunha referiu que se



prevê concluir até 1992 todas as auto-estradas incluídas na concessão da Brisa — cerca de 330 quilómetros — além de 209 quilómetros, já em serviço. «Igualmente se prevê concluir — acrescentou — cerca de 80 por cento dos itinerários principais (dois mil quilómetros), 70 por cento dos complementares (1700 quilómetros) e os aeroportos do Porto e de Faro e a remodelação do Aeroporto da Portela.

No que respeita a portos, destacou o esforço de modernização que tem sido levado a cabo nos portos principais de Lisboa, Leixões, Sines, e ainda de Viana do Castelo, Aveiro, Figueira da Foz e Setúbal.

Proibido o despedimento colectivo da Fábrica de Plásticos EDMAR

O ministro do Emprego e da Segurança Social, Silva Peneda, não autoriza o despedimento colectivo na fábrica de plásticos «Edmar», na Marinha Grande.

A gerência da empresa «Edmar» pretendia despedir colectivamente 50 operários alegando uma mudança do sector dos plásticos para calçado.

O despedimento colectivo de 50 trabalhadores deveria ter sido realizado no passado dia 30 de Outubro, mas por despacho de Silva Peneda aquele despedimento foi indeferido.

Daniel Sanches director do SEF

O ministro da Administração Interna, Silveira Godinho, afirmou, ao empossar o novo director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que «a internacionalização da criminalidade impõe aos Estados membros renovadas fórmulas de actuação e novas formas de cooperação, capazes de travarem um conjunto de factores negativos, resultantes da acrescida mobilidade verificada à escala comunitária». Daniel Sanches, o empossado, salientou por sua vez, que a prevenção contra «todos os tipos de criminalidade organizada internacional, nomeadamente o terrorismo e o tráfico de estupefacientes», será uma das tarefas principais do organismo que dirige.

C. Branco: terceira idade melhora

O ministro do Emprego e Formação Profissional inaugurou a semana passada, na Região Centro, diversos melhoramentos destinados à Terceira idade. Assim, na Covilhã foi inaugurado um centro de dia para 60 utentes, e em Belmonte e Penamacor dois lares, avaliados em mais de 150 mil contos. Também em Castelo Branco foi inaugurado um novo edifício para idosos, e, em Unhais da Serra, o ministro entregou um terreno onde será construído o Centro Social de Santo Aleixo.

Portugal-Brasil

A Europa comunitária será o motor do desenvolvimento mundial no limiar do ano dois mil e Portugal pode ter um papel de charneira fundamental na aproximação que países como o Brasil pretendem fazer à comunidade, afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros. Ao falar num seminário dedicado à Europa e ao Brasil, João de Deus Pinheiro disse que Portugal pode ajudar o Brasil «a libertar-se de todas as tendências que o puxam para Sul e procurar a parceria com o Norte».

Bagão Félix

Governo prepara apoio a deficientes

O secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Bagão Félix, afirmou que «o Governo está a preparar um projecto de revisão do regime de apoios técnicos e financeiros a programas de reabilitação de deficientes».

Ao intervir na sessão de encerramento da conferência europeia sobre «As novas formas de integração

profissional das pessoas deficientes», Bagão Félix precisou que, no âmbito do referido projecto, serão melhorados os limites de participação no subsídio de compensação e de adaptação dos postos de trabalho pagos às empresas de deficientes.

O secretário de Estado revelou que a dotação, para o próximo ano, para a área

de reabilitação, beneficia de um acréscimo de 29 por cento em relação a este ano e de 120 por cento em relação a 1987.

O projecto contempla, igualmente, apoios mais substanciais aos deficientes que queiram instalar empresa própria e, ainda, incentivos às empresas que admitam deficientes.

